

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - PTDS



**Ministério do Desenvolvimento
Agrário – MDA
Secretaria de Desenvolvimento
Territorial - SDT
Cooperativa de Profissionais em
Assessoria e Consultoria Técnica -
ASCONTEC**



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – SDT
COORDENAÇÃO ESTADUAL DOS TERRITÓRIOS – CET
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO VELHO CHICO - CODETER

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO

BAHIA

2ª Edição – Novembro de 2010

**COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA –
ASCONTEC**

Contrato de Repasse
0267708-85/2008 – ASCONTEC/CAIXA/MDA

Parceria na Qualificação do Plano

Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco - FUNDIFRAN
Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA/SEAGRI
Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ/SEPLAN
Secretaria Estadual de Cultura - SECULT

Instâncias Territoriais

Conselho de Desenvolvimento do Território Velho Chico - CODETER
Núcleo Executivo - NE
Núcleo Técnico - NT

Assessores Técnicos Territoriais

Dermeval G. de Oliveira – ASCONTEC/MDA
Geovane Rocha de Freitas – FUNDIFRAN/INGÁ

Coordenador Geral

Guarim Ferreira da Rocha

Sistematização

Cleber Eduão Ferreira

Consultores Estaduais

Sérgio Augusto de Oliveira Costa – IICA/SDT/MDA
Taciana de Oliveira Carvalho – FUNDIFRAN/INGÁ

Consultores do Plano

Sândalo Paim
Taciana Carvalho
Dermeval Gervásio

CONTATO:

(77) 3698-1885
territoriovelhochico@gmail.com
Rua Alcebíades Quinteiro, 432 – Sala 2 – Centro
CEP: 47520-000 / Ibotirama – BA

Sumário

Território Velho Chico em Versos	5
Apresentação	8
Procedimento Metodológico	10
PARTE I	
Caracterização Geral do Território Velho Chico	12
Aspectos Históricos.....	12
Aspectos Geoambientais	16
Aspectos Demográficos	20
Aspectos Econômicos.....	23
Estrutura Agrária.....	30
Infra-estrutura	34
Aspectos Culturais.....	38
Política de Desenvolvimento Territorial	50
Gestão Social do Território Velho Chico	53
Visão de Futuro.....	60
Objetivos Estratégicos do Plano.....	63
PARTE II	
Eixos Aglutinadores (Programas e Projetos).....	64
Conservação e Uso Racional dos Recursos Ambientais	66
Cultura	72
Democratização do Acesso a Terra.....	77
Educação	81
Fortalecimento da Agricultura Familiar	88
Saúde	107
Considerações Finais.....	111
Referências Bibliográficas	112

Território Velho Chico em Versos

Autor: Cléber Eduão

Foi das margens do rio Opará
Entre secas e algum chuvisco
“*Nasceu*” Brotas, Muquém do São Francisco
“*Brotou*” Barra, Brejinhos, Morpará
Serra do Ramalho tem seu lugar,
Malhada e o Riacho de Santana,
Paratinga, Matina, Ibotirama,
Feira da Mata e a Igaporã,
Bom Jesus - estrela da manhã,
Sítio do Mato, Carinhanha.

Nas entranhas do Velho rio
Percorre o suor do ribeirinho
E essas águas lavam com carinho
O vapor que aportou sem assobio
Deságua no mar com todo brio
Vai levando a esperança “bêradeira”
E as linhas que tecem a guerreira,
Mulher que nasceu da força bruta
São feitas com fios de amor e luta
Bordadas pelas mãos de uma parteira.

Barra é bem perto do Piauí
E traz nos brejos a cor do sertão.
Os folguedos belos do São João
Misturam-se ao cozido de cari.
É em Barra que o Chico sempre ri
Pois abraça o Grande abençoado.
Os palácios e igrejas do passado
Referências de encantada arquitetura,
O artesanato é o brilho da cultura
Que veste os feirantes no mercado.

Muquém é de águas franciscanas,
Lugar de bons solos e rebanhos.
Quem planta sonhos colhe ganhos
E a festa? Se dá numa semana.
Das palhas do milho de Santana
As mulheres produzem sustentos.
Tem a aldeia Kiriri; assentamentos
Quilombos com sambas e reisados.
Tudo isso se mistura aos caldos
Das culturas – “*torés*” de sentimentos

A harmonia da viola é a cura
Que transborda no rio de **Ibotirama**
E por essas e outras tem a fama
De “*cidade-canção*”, céu de candura.
Recanto de amor à literatura.
Rebentos de poesias, contos, prosas.
Os Reizinhos, Curutas e Barbosas
Que diariamente surgem no cais,
Embelezam com magia os festivais
Qual jardim se enfeita com as rosas.

A pequena montanha de **Morpará**
É palco que se vê de toda parte,
É cenário das Sementes da Arte
Singelas belezas do lugar.
A cidade é banhada pelo “*rio-mar*”,
São Francisco de remansos, coroas,
Das rimas, dos rumos e das canoas,
Da pesca, dos cantos da lavadeira
Das danças, dos sambas, da capoeira
Do São Pedro: festa que não desentoa.

Por cima da Pedra do Urubu
Dá pra ver os riachos e paisagens,
Quedas d’águas que parecem miragens,
Na seca reina o mandacaru.
Na chuva florescem pés-de-umbu
E enverdece a porteira da chapada.
Brotas das rezadeiras encantadas
Do divino, das novenas e dos cantos
De Zequinha Barreto e Milton Santos
Das missas, procissões e alvoradas.

Berço de cachoeiras e caminhos,
De fundos de pastos e campestres,
De sítios com desenhos rupestres,
Com histórias de garimpos e espinhos.
O município de **Oliveira dos Brejinhos**
Orgulha-se dos seus poetas e quintais,
Dos festejos dos grupos tradicionais,
Dos caprinos - “*vivedores*” da caatinga,
Da água tão docinha da moringa,
Da arte em madeira ou minerais.

Paratinga em mês do carnaval
É período de desfile e tradição,
Transforma o espetáculo de São João
Em um imenso celeiro cultural.
Tem filarmônica, mercado municipal,
Ruínas de uma igreja abandonada,
Rodas de São Gonçalo, marujada,
A boa música do Zabumba Alecrim;
A sonhada moqueca de surubim;
A cachaça artesanal e a cavalhada.

Banhado por dois rios iluminados,
Sítio do Mato é terra de boa gente,
Abraça o São Francisco e o Corrente,
Com muitos pescadores e assentados.
“*Narradores de Javé*” foi bem filmado,
Com atuação de atores da Gameleira...
Procissões na semana da Padroeira,
São costumes que o povo todo crê.
Os dias do Candeeiro e do Saber,
Referendam a cantiga “bêradeira”.

Santuário da fé e romarias,
Brilha forte **Bom Jesus da Lapa**,
E de cima da Gruta vê-se um mapa
Multicor, “*samba-dores*” e alegrias
Quilombos de lendas e cantorias,
De versos de uns “*nobres barranqueiros*”.
Da Ilha do Medo – o canoeiro
Rema nas maretas da inspiração.
Nas barrancas do “*porto solidão*”
Florescem as canções do “*violeiro*”.

O arraial de **Riacho de Santana**
Foi aldeia dos índios Canindés,
Os quais deixaram a cor, a fé,
E “*multiculturas superbacanas*”.
O cuidado é virtude de quem ama
O Boqueirão, a “*Barragem do Giral*”,
A cachoeira que deságua do “*Perau*”,
As quermesses, a religiosidade,
A semana de cultura da cidade
E os bovinos pastando no quintal.

Santo Antônio, São Pedro e São João
São santos que “*reinam*” em **Igaporã**.
Os ternos de reis de Guarantã
Fazem pulsar bem forte o coração.
Em Gurunga e Sambaíba, a superstição
Mistura-se aos contos e aos mitos.
O teatro amador é tão bonito.
O rio Barbalho é quase um “mar”.
Há figuras tão belas feito Osmar,
Benés, Gandaías e Expeditos.

Dizem que o nascimento de **Matina**
Foi no raio de um “*velho Tamarindo*”,
Que “*Caído*” se fez, mas é tão lindo
Patrimônio histórico que ensina.
João Barrada - estrela que ilumina,
Repentista certo e criativo.
Eliézio é um poeta bem cativo.
As quadrilhas juninas alegram o povo
E a Pedra do Tapuia e **Sítio Novo**
Fazem o passado sempre vivo.

O município de **Serra do Ramalho**
É como um grande assentamento.
E das agrovilas cultiva os alimentos:
Mandioca, feijão ou milho-alho.
Tem a força da raiz do carvalho,
A poesia de Haurélio bem rimada,
O gado, o vaqueiro, a vaquejada,
A banda de pífano, o Pankarú
- Índio que não deixa o corpo nu
Mas mantém a memória preservada.

Antiga casa de índios caiapó,
Nas margens do rio Carinhanha,
Uma cidade pequena e de tamanha
Riqueza cultural não se fez só,
Cresceu sem as amarras ou cipós,
Adoçada ao sabor da rapadura,
Temperada pela mandiocultura
E com uma pinga que não maltrata.
Da Boca da Gruta **Feira da Mata**
Mostra ao Velho Chico sua cultura.

Carinhanha resulta da mistura,
De índios caiapós, negros e brancos
Nas palavras sábias do homem franco:
“Foi o caldo que deu cheiro a fervura”.
Desenhou e esculpiu tantas figuras:
Artesãos, literatos, cantadores,
Instrumentistas, atrizes, atores,
O Pontal e o Riacho da Caatinga,
Caboclos que espantam as mandingas,
Reisados que expulsam os dissabores.

De Carinhanha a vila desmembrada
Firmou-se cidade em pouco tempo.
E a mágica fiel do casamento
Uniu Minas Gerais com a **Malhada**.
Travessia de vaqueiros, boiadas,
De grupos da cultura popular,
Do Rio que não para de passar,
Cheio de curimatãs e dourados,
Das rezas, dos *“cocos”* e dos bordados,
Lagoa do Mocambo pra nadar.

Em cada ilhota uma Maria,
E em cada uma cidade um Chico.
Tem tanta gente pobre, têm os ricos...
Se são muitos os acres, poucos *“Bias”*.
Pois a sede dos nobres não sacia,
Mas vontade do povo não se acaba,
É por isso que a luta não desaba
E a cada minuto se expande!
Feito *“Senzala & Casa Grande”*
Uma margem mansão, a outra *“taba”*.

Apresentação

O Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável - PTDS é o instrumento principal orientador das estratégias e intervenções no Território, tendo como objetivo primeiro facilitar a articulação e a implementação de programas e projetos que viabilizem o desenvolvimento sustentável do Velho Chico. Essa 2ª edição do Plano foi pensada para os próximos cinco anos e é resultado de um amplo processo de sensibilização, mobilização e construção coletiva e vem contemplar a decisão dos governos federal e estadual de democratizar e universalizar o acesso dos Territórios às políticas públicas, numa perspectiva de gestão social participativa e compartilhada.

A metodologia utilizada para elaboração e atualização deste documento pautou-se no pressuposto da participação coletiva e democrática de todos os atores envolvidos no processo, buscando sempre propiciar uma reflexão crítica sobre a realidade, de modo que as propostas fossem direcionadas à transformação e melhoria na qualidade de vida das comunidades rurais e da população em geral.

Foram realizadas oficinas para definição dos novos Eixos Aglutinadores e projetos do Plano, de maneira que todos puderam expor e argumentar seus pontos de vistas, prevalecendo no final o consenso e definição de diretrizes e linhas de ação voltadas para o desenvolvimento mais abrangente. Todas as oficinas e encontros realizados em 2010 estiveram voltados para sintonizar as idéias dos atores sociais do Território com a proposta de atualização do Plano.

Este documento sintetiza e destaca as características mais marcantes do território, integrado por dezesseis municípios: Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Matina, Malhada, Morpará, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato.

Na primeira parte, o diagnóstico revela a realidade regional nos seus mais diversos aspectos: históricos, geográficos, sociais, políticos, ambientais, econômicos e culturais, e discorre sobre os problemas, os potenciais, as limitações e as oportunidades do Território. O diagnóstico é o retrato detalhado e crítico das

intervenções humanas e as suas conseqüências; significa, em outras palavras, a fotografia atual da realidade do Velho Chico.

Na segunda parte estão expressos os Eixos Estratégicos, os Programas e Projetos propostos, necessários para se alcançarem as mudanças desejadas pelo conjunto da população do Território, identificando políticas públicas voltadas para implementação do desenvolvimento territorial. Todas as ações estão direcionadas para atingir ao fortalecimento do capital social e ambiental das redes, a dinamização das economias e empoderamento econômico, social e cultural das comunidades e dos atores territoriais, conforme as áreas estratégicas priorizadas pela SDT.

A elaboração do PTDS contou com a colaboração do CODETER, Núcleo Executivo, Núcleo Técnico, Assessores Territoriais e com as Câmaras Temáticas de Educação, Cultura, Acesso a Terra, Apicultura, Mulheres Rurais e Saúde.

PARTE I

Procedimento Metodológico

A qualificação do plano é resultado do processo de avaliação do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável – PTDS, elaborado em 2007, das oficinas de planejamento e qualificação, das reuniões temáticas e da análise de documentos gerados no período de 2007 a 2010, relatórios de avaliação das ações programadas e executadas, tomando também como indicador a matriz do Programa Território da Cidadania.

Os resultados obtidos com as análises foram apreciados pelo CODETER que, tomando por base os dados, definiu os eixos que comporiam a qualificação, são eles: Cultura, Educação, Saúde, Democratização do Acesso a Terra, Fortalecimento da Agricultura Familiar e Conservação e Uso Racional dos Recursos Ambientais.

Lastreado nos eixos, foram realizadas as oficinas de qualificação. A terminologia dos eixos é o indicador do público envolvido, respeitando a participação dos segmentos sociais e do poder público, com o grau de representatividade bastante alto. Foram realizadas as oficinas de: Educação do Campo, Educação Profissional e Ensino Superior, com a participação de 43 pessoas, em Bom Jesus da Lapa; Fortalecimento da Agricultura Familiar, com a participação de 41 pessoas, em Igaporã; Mulheres com a participação de 67 pessoas, em Bom Jesus da Lapa; Recursos Hídricos e Naturais com a participação de 41 pessoas, em Barra; Cultura com a participação de 46 pessoas, Ibotirama; Democratização do Acesso a Terra com a participação de 30 pessoas, em Serra do Ramalho; e Saúde com a participação de 29 pessoas, em Ibotirama. Cada oficina resultou no diagnóstico, apresentando os entraves, alternativas de superação dos problemas detectados, proposições de programas, projetos e ações e o fortalecimento dos projetos e programas exitosos.

Utilizou-se o DRP e dentre as ferramentas existentes, optou-se pelo Mapa e a FOFA. O Mapa por ser a técnica que consiste na construção de um mapa do município com objetivo de obter uma visualização espacial dos recursos naturais, infra-estruturas, uso da terra, localização dos equipamentos sociais e dos empreendimentos

da agricultura familiar e dos grupos de mulheres. A FOFA por ser uma técnica que permite a organização das informações coletadas, uma avaliação participativa e uma construção de estratégia para a superação dos entraves.

Essas ferramentas permitem desenvolver nos trabalhadores e trabalhadoras um olhar mais criterioso sobre a realidade vivenciada na busca por soluções dos seus problemas de forma direta e objetiva, com o compromisso de um projeto de mudança que viabilize o fortalecimento das estruturas produtivas e organizativas, e no fortalecimento do papel dos atores sociais como sujeitos políticos.

O estudo realizado no diagnóstico participativo remete a proceder à análise comparativa do ambiente sócio-econômico e político no período de 2007 a 2010. As bases de análise utilizadas foram os dados oficiais do SEI, IBGE, IES e das ações implementadas pelo governo federal e estadual. Ressalta-se que foram priorizados alguns indicadores por serem significativos para a concretização da análise sobre o desenvolvimento territorial com base na política territorial.

A sistematização seguiu o critério dos eixos, e as propostas apresentadas foram agrupadas por programas, projetos e ações. Após a sistematização, em plenária territorial, onde se procedeu à análise da primeira versão, e a versão final do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável foi validada pelo Colegiado Territorial do Velho Chico.

Caracterização Geral do Território Velho Chico

Aspectos Históricos

Em 4 de outubro de 1501 os portugueses chegaram ao Rio São Francisco, chamado pelos índios de *Opará, rio que vai dar no mar*. Quando a Coroa dividiu o Brasil em *Capitanias Hereditárias*, a região do Vale do São Francisco passou a pertencer às Capitanias de Pernambuco (margem esquerda) e Bahia (margem direita). Neste período, o Vale do São Francisco foi ocupado por duas grandes famílias que, estabelecidas no território baiano, formaram dois imensos impérios de terras, poder político e de polícia. A primeira família foi a de *Garcia d'Ávila*, que chegou à Bahia em março de 1549 na comitiva de Tomé de Souza, que constituiu o seu morgado na *Casa da Torre*, em Salvador. Partindo da Bahia, essa família expandiu os seus domínios para o Sergipe, Piauí, Ceará e Maranhão. Espalhando fazendas de gado por todo o vale, pelo lado esquerdo do Rio São Francisco até Sento Sé e pelo lado direito até Carinhanha.

A segunda família latifundiária surgiu a partir da distração da Casa da Torre, pois não conseguia fiscalizar o seu imenso latifúndio. Quando seus integrantes perceberam, *Antônio Guedes de Brito* – mestre de campo, já havia montado oito currais de gado no Sertão da Bahia e titulado aquelas terras em seu nome. Estabeleceu no Morro do Chapéu o Quartel General, com o nome de *Casa da Ponte*, rival da *Casa da Torre*. A avidez por terra destas duas famílias não conhecia limites. Por causa de suas conquistas receberam da Coroa muitos privilégios, sesmarias, capitanias hereditárias, títulos honoríficos, postos de comando, patentes... “Tão forte já se tornaram, que decidiram pacificamente, repartir entre si o domínio do sertão”.

Segundo dados da pesquisa do GeografAR, o Vale do São Francisco começou a ser desbravado em 1553, quando tiveram início as “entradas” para o interior da colônia, orientadas à obtenção de mão-de-obra escrava para o trabalho nos canaviais e engenhos, mais tarde, fortalecida pelo interesse na exploração das riquezas minerais que começavam a ser descobertas. **A ocupação colonial ocorreu a partir do começo do século XVII e foi ligado à expansão da atividade pecuária.** A conquista foi

realizada basicamente pela iniciativa privada, não constituindo um processo contínuo, seja devido à resistência indígena ou à vastidão dos sertões que dificultava a sobrevivência em tão inóspita área. Assim, as frentes pioneiras partiram dos limites paulista e baiano em direção ao Brasil central, alcançando a bacia do rio São Francisco, em seus cursos, alto e médio. **Rapidamente o Vale do São Francisco viu-se transformado em área de colonização, baseado na criação extensiva de gado, atividade que, muito antes de subordinar-se às condições físicas regionais, articulava-se aos objetivos coloniais canavieiros nas áreas litorâneas.**

Com a descoberta de minas no Alto São Francisco, a economia de todo o vale teve um grande impulso, sendo que as minas passaram a constituir um atrativo mercado de demanda para o gado. **A corrida para as minas determinou o surgimento de vários núcleos de povoamento em toda extensão do vale,** constituídos em torno dos “currais” ao longo do rio. Estes núcleos foram responsáveis pelo estabelecimento de ativos mercados de gado e de produtos vegetais que serviram, posteriormente, como pontos de escoamento para os principais centros urbanos do Norte, Nordeste e Sul da colônia. Até fins do século XVII, o gado constituiu a base da riqueza regional. Por outro lado, o rio São Francisco, pela sua localização entre a região aurífera e a capital da colônia (Salvador), desempenhou o papel de grande caminho. Este fato lhe atribuiu a denominação de rio da “integração nacional”. Mais tarde, com a mudança da capital para o Rio de Janeiro (1763) e o esgotamento da produção aurífera, o impulso inicial de colonização da área se viu arrefecido. Assim, o comércio de Minas voltou-se para o mar, o rio perdeu o papel de grande caminho e a região do Médio São Francisco sofreu um retrocesso, embora o rio mantivesse durante muito tempo um papel importante na comunicação nacional.

Em 1872, tem início a navegação à vapor a partir do cargueiro Saldanha Marinho, cuja importância só diminuiria com a tardia integração do espaço nacional por via terrestre. “Desde cedo o rio São Francisco canalizou fluxos migratórios da região para São Paulo, principalmente como consequência das secas periódicas que assolavam a região”. O Médio São Francisco foi uma zona de fortes coronéis e um dos lugares onde este fenômeno mais se prolongou no tempo. Além do isolamento e do

tipo de colonização, os fenômenos do mandonismo e da violência estão diretamente associados à concentração da posse da terra. Uma região que se fechou sobre si mesma, desenvolvendo uma cultura local com tipos sociais característicos, como *o cabra, o coronel, o cangaceiro, o vaqueiro, o barqueiro, o pescador* e outros, que muitas vezes se confundiam numa mesma pessoa, de acordo às circunstâncias e às necessidades. **O processo de ocupação do Território ocorreu em períodos distantes, sendo que a data de criação de vários municípios se deu no século passado, como no caso de Bom Jesus da Lapa e outros que originaram os atuais.**

Mapa da Legislação Político-Administrativa e Regional, Bahia 2002

Municípios	Data da Criação	Data da Lei Vigente
Barra	05/12/1752	10/2/1954
Bom Jesus da Lapa	18/09/1890	10/02/1954
Brotas de Macaúbas	16/07/1878	10/02/1954
Carinhanha	06/07/1832	11/02/1954
Feira da Mata	24/02/1989	26/02/1989
Ibotirama	14/08/1958	15/08/1958
Igaporã	25/05/1953	2/09/1960
Malhada	29/11/1961	30/11/1961
Matina	05/04/1989	6/04/1989
Morpará	16/07/1962	25/07/1962
Muquém do S. Francisco	13/06/1989	14/06/1989
Oliveira dos Brejinhos	01/06/1891	16/02/1954
Paratinga	23/03/1745	16/02/1954
Riacho de Santana	13/08/1878	17/02/1954
Serra do Ramalho	13/06/1989	13/06/1989
Sítio do Mato	24/02/1989	24/02/1989

Fonte: Projeto Geografar / UFBA.

Em estudo realizado pela FUNDIFRAN relativo ao período de 1970-71, a região encontrava-se pouco integrada, não sendo possível identificar “pólos” que exercessem

efeitos dinamizadores sobre o conjunto dos municípios. Havia somente cidades ou municípios de maior ou menor importância relativa, quando comparados entre si, mas as repercussões e inter-relações entre os mesmos eram reduzidas. No mesmo estudo foram identificados também vínculos de dependência externa com outras regiões, o que reforçava a idéia do baixo grau de articulação interna.

A partir do final da década de 70 destaca-se uma maior intervenção governamental na região por meio da construção de rodovias e da implantação de projetos de irrigação. Para tanto, no início de 1972, foi criado o PROVALE (Decreto Lei nº 1.207, de 07. 02.1972) com o objetivo de modernizar e dinamizar a região. Este projeto priorizava a proteção das margens e melhoria da navegabilidade do rio São Francisco; obras de urbanização, infra-estrutura social e de saneamento; implantação de projetos de reflorestamentos e de irrigação; criação de parques nacionais; e construção de rodovias, dentre elas a BR-242 que liga Barreiras a Ibotirama. As construções das pontes sobre o rio São Francisco foram outros importantes traços de desenvolvimento do Médio São Francisco, uma vez que permitiu a conexão com Salvador e Brasília.

Neste processo, Barra, antiga “rainha” foi sendo rapidamente deslocada como centro regional, enquanto que Bom Jesus da Lapa se destacava como o único município com perímetros irrigados da região, concentrando o maior volume de investimentos e a melhor infra-estrutura urbana. Situada em um entroncamento rodoviário estratégico, que liga Salvador a Barreiras e Brasília, o município foi dinamizado pela construção de uma das três pontes existentes sobre o rio São Francisco, além do seu papel como centro de turismo religioso que contribui para sua ampla dotação hoteleira e comercial. Nas décadas de ‘80 e ‘90, o processo de urbanização se consolida em todos os municípios da região, em consonância com o ocorrido em outras regiões do país.

Aspectos Geoambientais

Clima

O clima da região é seco, sub-úmido e semi-árido. A temperatura média anual atinge 24,0 °C, enquanto a máxima alcança 45,0°C e a mínima a 16,1 °C, em Brotas de Macaúbas, município onde se registram as menores temperaturas. O período chuvoso distribui-se entre novembro e janeiro. A pluviosidade anual tem os seguintes indicadores: média 772 mm, máxima 1.243mm e mínima 356 mm.

Na bacia do Médio São Francisco e ao longo de sua margem, os ventos predominantes sopram de sul - leste - norte durante a maior parte do ano. Na estação de Bom Jesus da Lapa, a direção predominante dos ventos é sul, virando à sudoeste durante o fim do inverno e da primavera. Na estação da Barra, os ventos predominantes são do setor nordeste, mudando para o leste nos meses de verão. Para Ibotirama e cercanias se admite um domínio dos ventos alísios provenientes do SE - E - NE. A velocidade média anual dos ventos no Território varia de 1,7 m/s nos locais mais baixos (em torno de 435 m de altitude) a 4,2 m/s nos locais mais elevados, com altitudes superiores a 800 m, sendo que as maiores correntes de ventos ocorrem em setembro e no período de inverno.

Estando os municípios da região inseridos 100 % na zona do Polígono das Secas, o risco de seca é alto, devido especialmente à extensão dos períodos de estiagem que com freqüência ocorrem na bacia do Médio São Francisco.

Solos

Os estudos relativos aos solos indicaram a presença principalmente de solos das seguintes classes: Latossolo Vermelho - Amarelo Álico e Solos Aluviais Eutróficos.

O solo Latossolo Vermelho-Amarelo Álico constitui as unidades de solo de maior extensão, ocupando grande parte do relevo plano e suave ondulado entre a Serra do Espinhaço e o Vale do Rio São Francisco. São solos profundos, não hidromórficos, com características morfológicas, físicas e químicas semelhantes aos

da classe de Latossolo Vermelho Escuro, diferindo essencialmente por apresentarem cores mais claras nos matizes 5YR e 10YR.

Os Latossolos Vermelho - Amarelo Álicos são emprestados à pecuária extensiva em meio à vegetação natural, sendo algumas áreas utilizadas para cultivo de mandioca, milho e plantio de capim-colonião e "buffel-grass". A principal limitação agrícola resulta da baixa pluviosidade anual, associada à saturação com alumínio, forte acidez e baixa saturação de bases. Para uma utilização agrícola racional, são necessárias adubações para correções de fertilidade e irrigações complementares no período de estiagem.

O Latossolo Vermelho - Amarelo é encontrado em praticamente todo o Território, exceto nas áreas mais próximas ao Rio São Francisco. Esses solos possuem nível médio de fertilidade, porém apresentam boa produtividade quando associados à umidade, geralmente no período chuvoso. A depender das condições geográficas, podem apresentar-se relativamente ácidos, o que dificultaria manejos agrícolas, mas com a correção da acidez, via calagem e gessagem, se tornariam aptos à produção agrícola.

Os Solos Aluviais Eutróficos são solos pouco evoluídos, resultantes de disposições fluviais recentes, apresentando horizonte diferenciado sobre camadas estratificadas, as quais não guardam nenhuma relação pedogenética entre si. Suas características morfológicas, tais como coloração, estrutura, consistência e textura são muito variáveis, dependendo da natureza dos sedimentos originários. São profundos a muito profundos, podendo apresentar mosqueados ou horizontes gleizados em profundidade, principalmente, se o sedimento for de natureza argilosa. São aproveitados principalmente no cultivo de milho, feijão e arroz, bem como para pastagens nativas e exóticas. Como apresentam soma de bases alta (S) e estão situados em cotas baixas com facilidade de irrigação, são de grande potencialidade para o uso agrícola. Podem produzir altos rendimentos se utilizados de maneira racional, incluindo práticas para controle de erosão, adubações e irrigação, procurando-se evitar problemas de salinização superficial. Esses solos são encontrados quase que exclusivamente ao longo do rio, geralmente às margens, e

como há deposição de sedimentos ao longo do percurso, é um solo extremamente fértil, excelente para a produção agrícola e cultivo de hortaliças e frutíferas.

Vegetação

Na margem direito do Rio São Francisco e na Bacia do Rio Paramirim e Santo Onofre a flora se revela rica em biodiversidade. Na margem esquerdo do Rio São Francisco e nas Bacias do Rio Corrente e do Rio Grande encontram-se áreas de transição cerrado/caatinga, uma vegetação específica do bioma cerrado e vestígios de caatinga típica do semi-árido. Sua expressão quantitativa e qualitativa está relacionada com as variações no índice pluviométrico, nas condições pedológicas, topográficas e nas proximidades de cursos de água representativos. Como principais formações florísticas podem se mencionar as zonas de Caatinga, Floresta Estacional Decidual Montana, as Zonas de Tensão Caatinga Cerrado, as Matas de Galeria e Matas Ciliares.

A região compreendida entre Paratinga e Ibotirama é essencialmente agrícola, predominando como principal aspecto paisagístico às pastagens de pequeno e médio porte, entremeadas com vegetação nativa, na sua maioria, secundária. Apesar de ainda rica, a flora dessa região vem sofrendo perdas consideráveis pela ocupação antrópica, destacando-se como principais ações que desfiguram a fitofisionomia, a pecuária extensiva, o extrativismo de madeira e minérios, e a agricultura. Estas atividades antrópicas, difundidas por toda a área com diferentes graus de intervenção, determinam um mosaico dos principais grupos florísticos.

Nas formações florestais mais densas nas zonas montanhosas são encontrados indivíduos arbóreos com porte elevado que podem alcançar até 20 metros de altura, destacando-se o pau d'arco, a baraúna, enquanto nas zonas de caatinga são encontradas populações significativas de juazeiro, quixabeira, umburana de cambão, catingueira e jurema, entre outras. No entorno das cidades a ocupação do solo e cobertura vegetal é dada, por um lado, por um notável predomínio de vegetação de Estepe (Caatinga) e pelo outro por áreas antropizadas com pastagem capoeira e áreas de cultivo.

Basicamente, todos os cursos de água e encostas marginais estão ocupados com pastagens e roçados, tendo sido extraídas as matas ciliares e/ou de galerias. As regiões das Coberturas, especialmente no entorno dos eixos rodoviários e para o sul, encontram-se também bastante degradadas pelo homem pela utilização dos solos para implantação de agricultura, pastagem e práticas de queimadas, formando extensas áreas com vegetação rarefeita de capoeira em estágio inicial a intermediário de regeneração.

Recursos Hídricos

O Território Velho Chico tem como referência a calha do Rio São Francisco, no trecho denominado médio São Francisco. Na sua composição hídrica encontram-se as Bacias dos Rios Paramirim e Santo Onofre, Bacia do Rio Grande, Bacia do Rio Verde Jacaré, Rio das Rãs e Rio Carinhanha e Bacia do Rio Verde Grande que são seus afluentes e tributários.

O rio Grande que desemboca no São Francisco na cidade de Barra, o rio Paramirim e que deságua no São Francisco no município de Morpará, o Santo Onofre que deságua em Ibotirama, o rio Corrente em Sítio do Mato, além dos rios Carinhanha no município de Carinhanha e do rio Verde Grande na cidade de Malhada. O Território também é banhado por outros pequenos rios como: Rio das Rãs, Riacho de Santa Rita, Riacho Brejo Velho. Várias outras fontes naturais, córregos, riachos, lagoas, brejos, alagadiços e cachoeiras e nascentes são encontrados no Território. Nas cidades próximas à Chapada Diamantina, como Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos, diversos mananciais de águas são encontrados. Nos Brejos da Barra existem grandes áreas cobertas com fontes de águas naturais. O potencial dos aquíferos ainda é pouco explorado; na cidade de Ibotirama se faz a exploração comercial de água mineral em duas fontes particulares.

Recursos Minerais

O Território é muito rico em minerais, nas cidades do sul / sudeste, a partir de Bom Jesus da Lapa, os solos são ricos em ardósias, argilitos, calcários, dolomitos,

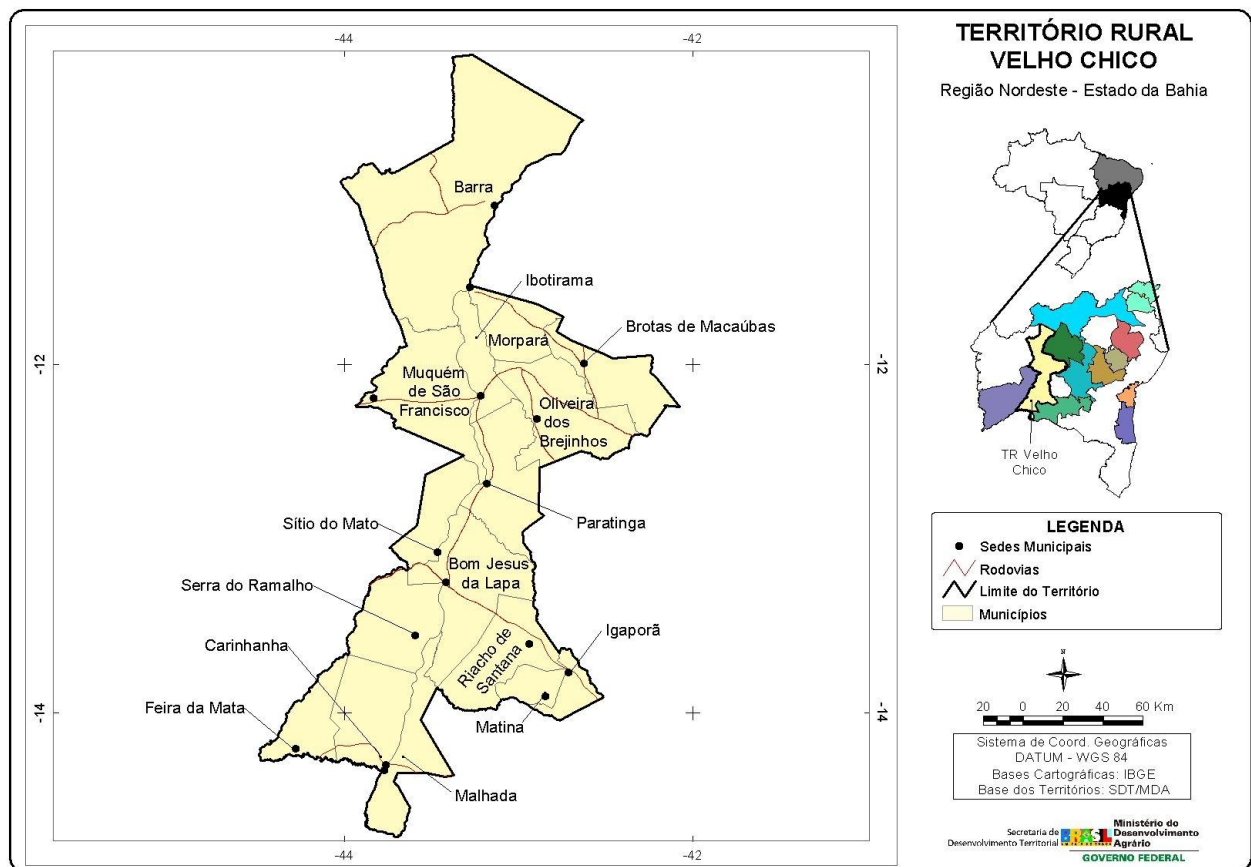
depósitos eluvionares e coluvionares, depósitos fluviais. Nas cidades ao norte, a partir de Paratinga, encontram-se também arenitos feldspáticos, gnaisses, quartzitos, calcários, etc. **As cidades de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas notadamente são as de maior exploração do garimpo do cristal de rocha e encontram-se também formações ferríferas, mármore, quartzitos e xistos, entre outros.** Nestes dois últimos municípios existem empresas mineradoras de grande porte. Apesar da exploração do cristal ser feita por grandes mineradoras, muitos habitantes, principalmente da zona rural, ainda praticam a atividade de garimpagem de forma artesanal, sobrevivendo dela durante os períodos de estiagem.

Aspectos Demográficos

Segundo dados recentes do IBGE, o território possui uma população de 370.102 habitantes, sendo que 197.622 residem na zona rural. Com uma área de 46.334,80 m², possui uma baixa densidade demográfica, ou seja, 8,2 hab/km², o que comprova que a região é pouco povoada, bastante inferior à média do Estado, que é de 23,1 hab/km². Apesar de verificar um pequeno acréscimo populacional em 2010, em muitas cidades do Território houve estagnação do crescimento da população, e em outras se verificou o decréscimo no número de habitantes.

Do ponto de vista do desenvolvimento humano os índices ainda são considerados muito baixos, apesar de haver uma pequena evolução em todas as cidades do Território. O IDH médio é de 0,48 em 2010. O município com maior IDH do Território é Ibotirama como sugere a tabela a seguir, considerado pelo PNUD como cidade de médio desenvolvimento humano.

Segue o mapa do Território Velho Chico:



População, Renda e IDH

Municípios	População	Renda Per capta	IDH/M	População urbana	População Rural
Barra	49.342	56,374	0,446	22.461	26.881
Bom Jesus da Lapa	63.508	125,413	0,579	43.111	20.397
Brotas de Macaúba	10.718	64,077	0,467	3.118	7.600
Carinhanha	28.378	64,707	0,469	12.580	15.798
Feira da Mata	6.179	76,483	0,497	3.243	2.936
Ibotirama	25.422	141,345	0,599	19.499	5.923
Igaporã	15.194	99,863	0,541	7.860	7.334
Malhada	16.008	60,15	0,457	6.559	9.449
Matina	11.134	47,997	0,419	3.485	7.649
Morpará	8.285	79,932	0,504	5.539	2.746
Muquém do S. Francisco	10.272	74,093	0,491	1.283	8.989
Oliveira dos Brejinhos	21.839	68,118	0,477	6.583	15.256
Paratinga	29.475	49,114	0,423	10.915	18.560
Riacho de Santana	30.651	70,273	0,483	13.096	17.555
Serra do Ramalho	31.646	60,481	0,458	6.282	25.364
Sítio do Mato	12.051	51,913	0,432	6.866	5.185
Total	370.102	1.190,333	-	172.480	197.622

Aspectos Econômicos

O Território Velho Chico tem grande potencial econômico nas diversas cadeias produtivas, das quais a mandiocultura, apicultura, bovinocultura, caprinocultura e piscicultura são as principais. Segundo dados do BNB, outra atividade promissora é a produção de cachaça artesanal. Os municípios de Barra, Paratinga, Morpará, Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos já contam com diversas associações de produtores que distribuem a cachaça para outros estados, por exemplo, São Paulo. Todos os municípios do Território são ricos em artistas que produzem artesanatos em palhas de milho, palhas de bananeira, couro ou cristais, etc.

No município de Oliveira dos Brejinhos, o beneficiamento de frutas está sendo alavancado pela agricultura familiar transformando o buriti, a manga, o umbu, mangaba, tamarindo, maracujá e outras frutas em doces, geléias, sucos, compotas. Em Bom Jesus da Lapa está em processo de implantação projeto avícola, o qual pretende instalar unidades de abate de frangos caipiras e de corte. Já em Morpará os pescadores estão gerindo uma unidade de fabricação de gelo para o pescado. Nesse mesmo ramo, o município da Barra possui uma unidade de beneficiamento de peixes.

A maior produção agrícola do Território está relacionada com as culturas temporárias. A produção de mandioca se sobressai das demais como fonte de alimentação e de complemento alimentar para os animais. É a cultura geradora de renda do sertanejo. A cana-de-açúcar e o feijão também são culturas temporárias de grande relevância na renda dos agricultores.

A maior área plantada ainda é com as culturas tradicionais como o feijão, o milho e a mandioca. O algodão herbáceo teve um crescimento considerável nos últimos anos. Identifica-se, ainda, a existência de uma pequena parcela dedicada à produção de mamona que pode vir a ser uma alternativa de renda viável com o estímulo que vem sendo dado à produção do biodiesel.

Culturas Temporárias – 2008 (Território Velho Chico)

Culturas	Área Plantada (Ha)	Área Colhida (Ha)	Quantidade Produzida (T)	Valor R\$ (1000)
Arroz em Casca	45	45	41	28
Feijão em Grãos	20.845	20.715	4.220	7.908
Fumo em Folha	37	37	37	10
Mamona Baga	2.787	2.787	20.89	868
Mandioca	14.860	14.290	106.720	11.444
Melancia	230	230	1.857	478
Milho em Grãos	27.080	25.710	12.845	7.271
Soja em Grãos	1.618	1.618	4.912	1.940
Sorgo Granífero	13.730	13.730	14.178	5.513
Total	81.232	79.162	144.810	35.460

Fonte: www.sei.ba.gov.br

Conforme tabela a seguir, a cultura permanente de maior destaque no Território é a banana, tendo como maior produtor e pólo de maior atividade econômica o município de Bom Jesus da Lapa. Além da banana, a manga e o mamão são outros dos destaques produtivos da região.

Culturas Permanentes – 2008 (Território Velho Chico)

Culturas	Área Plantada (Ha)	Área Colhida (Ha)	Quantidade Produzida	Unidade	Valor (R\$ 1000)
Banana	480	5.477	158.858	T	86.988
Cana-De-Açúcar	5.405	5.265	110.395	T	14.247
Coco-Da-Baía	516	530	9.039	Frutos	3.775
Goiaba	46	46	690	T	235
Laranja	87	87	858	T	243
Mamão	316	316	21.890	T	11.646
Manga	981	884	9.488	T	2.811
Maracujá	246	246	3.444	T	2.954
Uva	25	25	510	T	1.099
Batata – Doce	21	21	75	T	47
Café Beneficiado	9	9	6	T	8
Total	8.132	12.906	315.253	-	124.053

Das quase 700 mil cabeças de gado bovino que compõem o rebanho do Território, o município de Muquém do São Francisco produz 12% com cerca de 80.000 animais. Vale destacar que o rebanho do Município do Muquém do São Francisco é de origem patronal, dividido basicamente em 5 grandes pecuaristas.

O Território dispunha apenas de um matadouro no município de Bom Jesus da Lapa, desativado devido ao seu estado precário de funcionamento e sem a menor condição de uso, principalmente no tocante à higiene. Além disso, o Ministério Público, baseado na Portaria 304, proibiu o abate clandestino, exigindo dos poderes públicos urgência na estruturação de infra - estrutura de abatedouros de acordo com a lei. Na maioria das vezes, o Território acaba utilizando frigoríficos privados de Barreiras e Guanambi, encarecendo o produto final e descapitalizando o pequeno criador. Os derivados da carne ainda são trabalhados em pequena escala, de forma também artesanal, nos ambientes domésticos e em pequenos açougues (embutidos, linguiças,

etc). Subprodutos como ossos, sangria e couro ainda não são beneficiados no território.

Os laticínios e subprodutos do leite (queijo, requeijão, manteiga, doces, iogurte) são industrializados de forma artesanal, tendo a maior oferta no período das chuvas.

Não existem meios de resfriamento nas fazendas e as micro-indústrias de laticínios de Ibotirama, Bom Jesus da Lapa e Serra do Ramalho ainda são insignificantes para atender a demanda. O desequilíbrio na oferta, aliada à qualidade da matéria-prima tem inibido a instalação de indústrias transformadoras na região. Do ponto de vista do rebanho leiteiro, a cadeia produtiva do leite ainda não está estruturada e organizada o suficiente para o atendimento da demanda.

Rebanhos Efetivos – 2008 (Território Velho Chico)

REBANHO (CABEÇAS)								
Município	Bovinos	Suínos	Galinhas	Equinos	Ansininos	Muare	Ovinos	Caprinos
Barra	34.400	6.900	15.500	1.600	3.269	700	5.300	5.200
Bom Jesus da Lapa	59.127	15.916	38.642	2.078	280	1.493	8.208	10.517
B. de Macaúbas	16.000	1.000	17.000	320	60	132	900	6.900
Carinhanha	45.315	5.780	14.300	1.130	113	500	4.000	1.630
Feira Da Mata	35.569	9.640	16.387	1.111	310	305	996	1.497
Ibotirama	18.618	745	11.750	1.450	54	50	1.100	1.400
Igaporã	22.100	8.898	49.332	1.025	90	298	4.844	1.420
Malhada	47.370	5.100	13.000	1.000	350	650	3.000	1.100
Matina	14.610	5.000	16.000	2.000	180	950	5.000	2.800
Morpará	13.200	580	9.900	500	1.400	130	680	850
Muquém	82.625	1.840	16.000	2.700	700	390	2.500	3.800
O Dos Brejinhos	34.500	5.150	24.900	1.000	1.319	130	13.500	27.200
Paratinga	41.879	13.132	51.958	2.536	2.721	819	8.863	5.828
Riacho de Santana	64.134	13.165	57.504	6.675	1.562	1.409	9.041	5.745
Serra do Ramalho	84.254	7.802	19.315	7.720	3.006	913	5.413	7.907
Sítio do Mato	53.324	8.665	21.793	4.235	3.269	643	2.501	2.214
TOTAL	667.025	109.313	393.281	35.480	15.414	9.512	75.846	80.808

Fonte: www.sei.ba.gov.br

Produtos De Origem Animal - 2008 (Território Velho Chico)

Produtos	Quantidades	Unidade	Valor R\$ (1000)
Leite	51.914	Mil Litros	65.276
Mel de abelha	44.000	Kg	220
Ovos de galinha	1.796	Mil Dúzias	3.869
Valores Totais	97.710	-	69.365

Fonte: www.sei.ba.gov.br

Devido a potencialidade de recursos hídricos do Território, em especial o Rio São Francisco, a pesca destaca-se como uma atividade econômica de grande potencial para geração de renda. Em todas as cidades e povoados ribeirinhos, a quantidade de pescadores é muito grande, mas a maioria pratica a pesca de subsistência, e o excedente é vendido na beira do rio, nas peixarias, a atravessadores ou nas Colônias de Pescadores presentes em todas as cidades da calha do rio.

Com a criação do auxílio defeso pelo governo federal, todos os pescadores do Território são cadastrados em associações e filiados a instituições de pesca. Tem-se verificado um crescente número de pessoas que se cadastram nesta atividade para receber o auxílio do governo no período da piracema.

O potencial dos estoques pesqueiros do Vale do São Francisco é desconhecido. Informações sobre o pescado desembarcado e o esforço de pesca empregado no Território são escassas, dispersas e pouco consistentes, como acontece também nas diferentes áreas da bacia. As estatísticas disponíveis não contemplam séries históricas de dados, dificultando um diagnóstico mais profundo sobre a pesca na região. Dados de estimativas para todo o rio São Francisco indicam captura total em torno de 2.500 t/ano. Já foram identificadas 152 espécies de peixes na bacia. Entre as espécies nativas mais importantes nos rios e lagoas naturais destacam-se curimatã, pacu, dourado, surubim, matrinxã, mandi - amarelo, mandi - açu, pirá e piau - verdadeiro, e as sedentárias, pacamão, piau - branco, traíra, corvinas, piranha - vermelha e piranha - preta.

Em 2004 foi implantado em fase experimental 20 tanques-rede, para a criação de tilápias, no Município da Barra numa parceria entre Bahia Pesca e Associação de

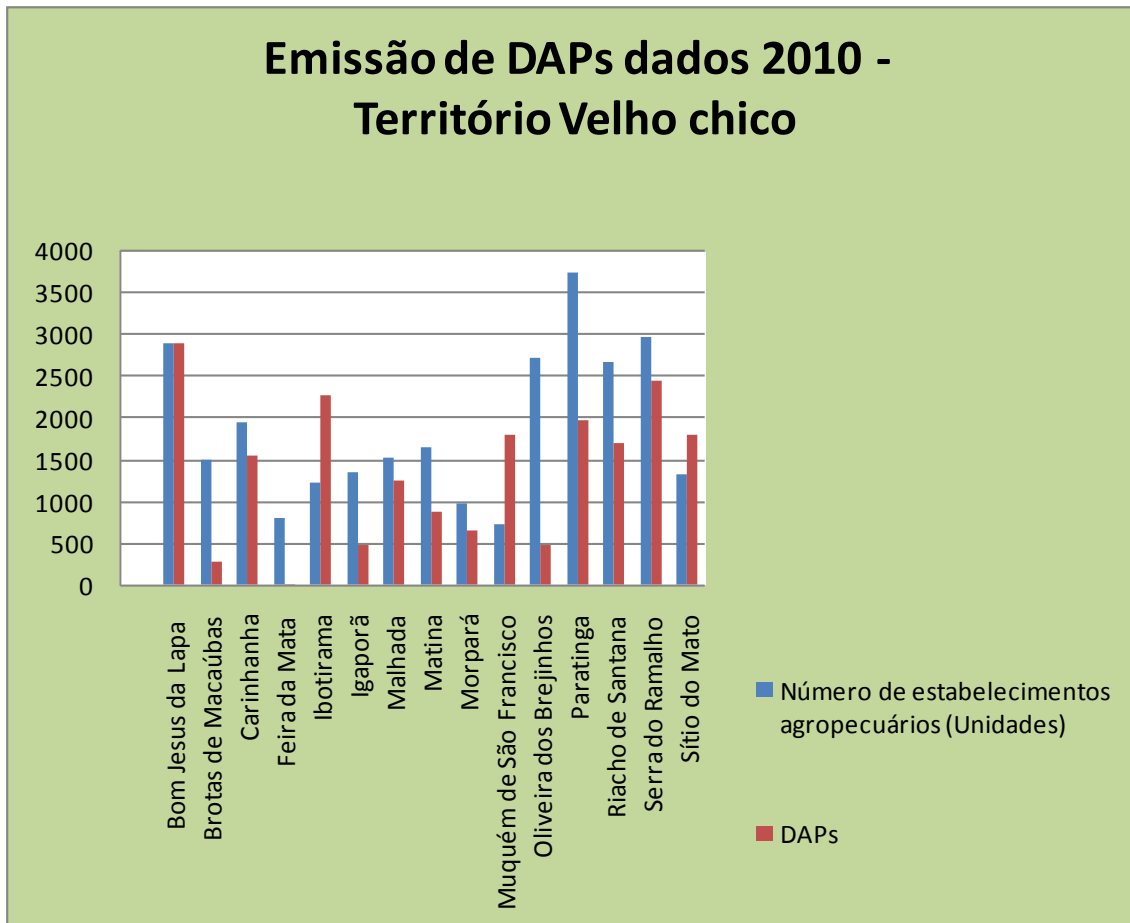
Pescadores. Já em 2007 foram implantados mais 180 tanques, com a parceria da Bahia Pesca e Cooperativa de Barra Pescado e esta previsto a implantação de mais 20 tanques; No Município de Bom Jesus da Lapa, 40 tanques foram implantados com a parceria da Bahia Pesca, Território e CODEVASF; Em Carinhanha encontramos 90 tanques, numa parceria Território Velho Chico, Prefeitura, CODEVASF e SEBRAE. Há projeto para a implantação de 400 tanques no Município de Paratinga que encontra-se em estágio de estudo de viabilidade, enquanto que Malhada já possui 100 tanques, parceria Território Velho Chico, Prefeitura, Bahia- Pesca , Bahia Mineração e CODEVASF.

Os investimentos, tanto do Programa Território da Cidadania quanto do orçamento do Estado da Bahia para o setor tem se ampliado consideravelmente, se forem observadas a ampliação do número de projetos em execução. Além disso, a parceria com SEBRAE vem tornando a atividade bastante atrativa do ponto de vista econômico e social.

Quanto à comercialização, o predominante no Território é praticamente feita via atravessadores; apenas o setor de fruticultura em Bom Jesus da Lapa desponta através da atuação da Cooperativa de Pequenos Irrigantes localizada no Distrito de Irrigação Formoso / CODEVASF, com uma central de vendas. O setor apícola em processo de organização da produção para viabilizar o comércio de mel através da Cooperativa Regional dos Apicultores. A CONAB, através dos programas de aquisição de alimentos, tem apoiado associações e diversos agricultores familiares do Território. O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE são ferramentas que vão impulsionar ainda mais as atividades produtivas na região.

Em se tratando de crédito, é imprescindível iniciar falando do acesso a DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF, pois só com esse documento em mãos, o agricultor e a agricultura familiar poderá ingressar em tantas políticas e programas que exigem a DAP, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA da CONAB, Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e o Garantia Safra.

Assim, no gráfico abaixo é possível observar o número de estabelecimentos e quantidade deles que tiveram acesso a DAP no ano de 2010.



Estrutura Agrária

O Território apresenta um quadro agrário historicamente difícil e conflitivo. Há décadas os conflitos de terras estão na ordem do dia. O Velho Chico é considerado área prioritária de atuação do INCRA, levando em consideração os critérios de concentração fundiária, número de acampamentos, número de assentamentos e de agricultores familiares.

Em 1988 foi implantado o 1º assentamento de Reforma Agrária no Território, no município de Barra. Atualmente são 57 projetos de Reforma Agrária que abrangem uma área de 350 mil ha aproximadamente, com 10.000 famílias assentadas aproximadamente. E apesar da maioria dos assentamentos estarem instalados próximos ao Rio São Francisco, o acesso à água do São Francisco, por meio do sistema de abastecimento simples, é restrito. Na maioria dos PA - Projetos de Assentamentos, o abastecimento de água se dá por meio de poços artesianos, água sem tratamento, e cisternas de captação de água de chuva.

A implantação destes projetos tem uma periodicidade e, associada a ela, algumas características que ainda estão sendo estudadas, porém já pode se afirmar que aqueles implantados na primeira fase obedeceram a processos de regularização fundiária, conseguidos pela pressão das organizações sociais que atuavam no Território. Posteriormente, é a fase das ocupações, principalmente de áreas pertencentes a empresas agropecuárias que se implantaram na região com o apoio da SUDENE e cujos projetos e terras foram abandonados.

Conforme dados apontados pelo Projeto GeografAR (2007), dos 52 processos administrativos de desapropriação realizadas no Médio São Francisco para implantação de projetos de Reforma Agrária, 20 desapropriações foram realizadas em imóveis pertencentes à pessoas jurídicas.

Atualmente existem em torno de 32 acampamentos de trabalhadores sem terra no Território, agrupando aproximadamente 1500 famílias. Mas o que se verifica é a intensificação dos movimentos de luta pela terra e o aparecimento de novos acampamentos com maior frequência.

Projetos de Assentamento Território Velho Chico – 2010

Municípios	Nº de Assentamentos
Barra	10
Bom Jesus da Lapa	08
Carinhanha	09
Ibotirama	01
Malhada	02
Muquém do São Francisco	05
Paratinga	06
Serra do Ramalho	03
Sítio do Mato	13
Valores Totais	57

Fonte: INCRA

Acampamentos Território Velho Chico

Município	Acampamento	Nº famílias
Barra	03	38
Bom Jesus da Lapa	03	145
Carinhanha	03	200
Feira da Mata	04	152
Ibotirama	05	102
Malhada	02	118
Múquém de São Francisco	04	327
Paratinga	04	81
Sítio do Mato	04	171
TOTAL	32	1.334

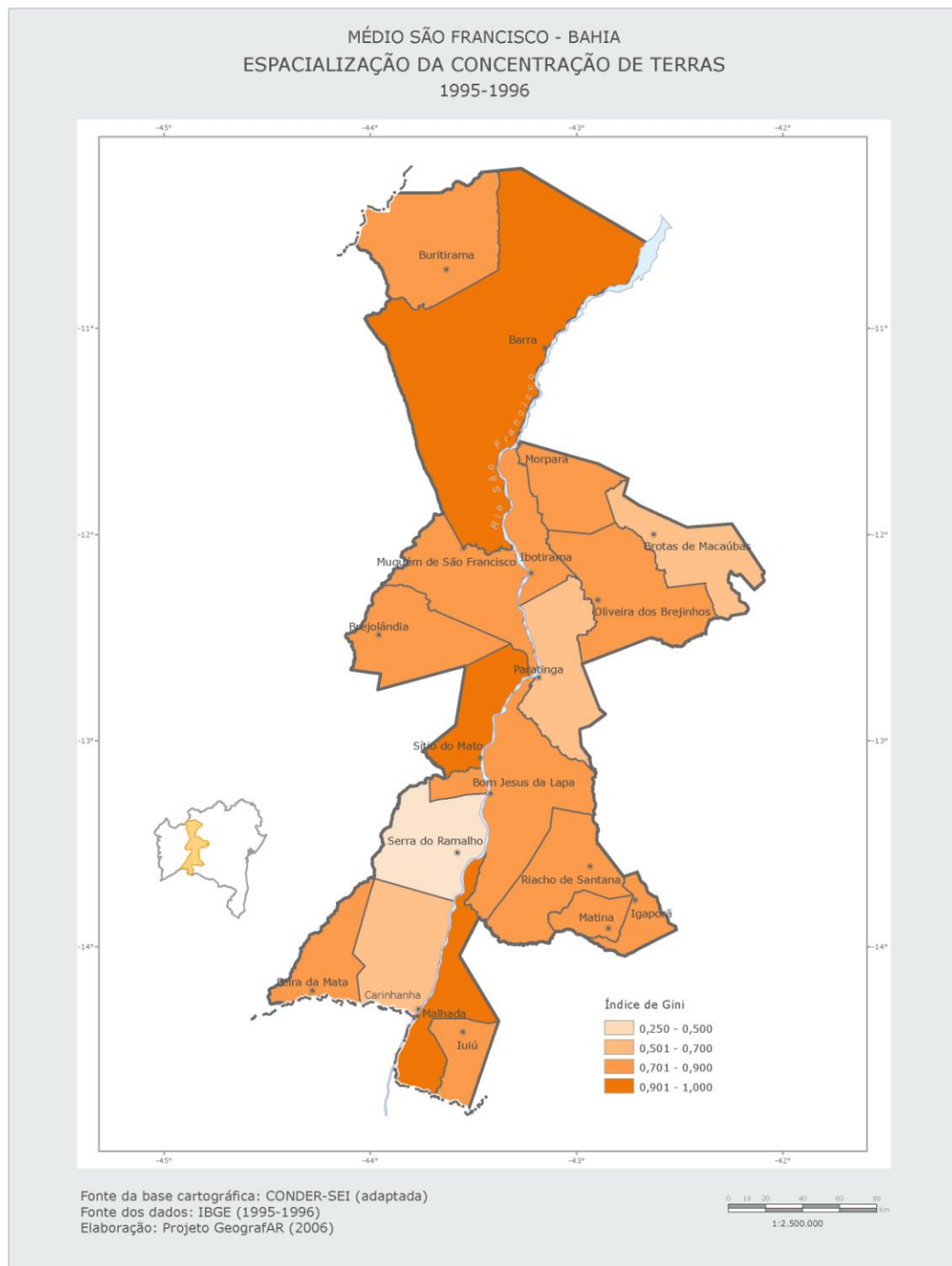
Fonte: INCRA, MST, CETA, FETAG e CPT (dados Dezembro 2010)

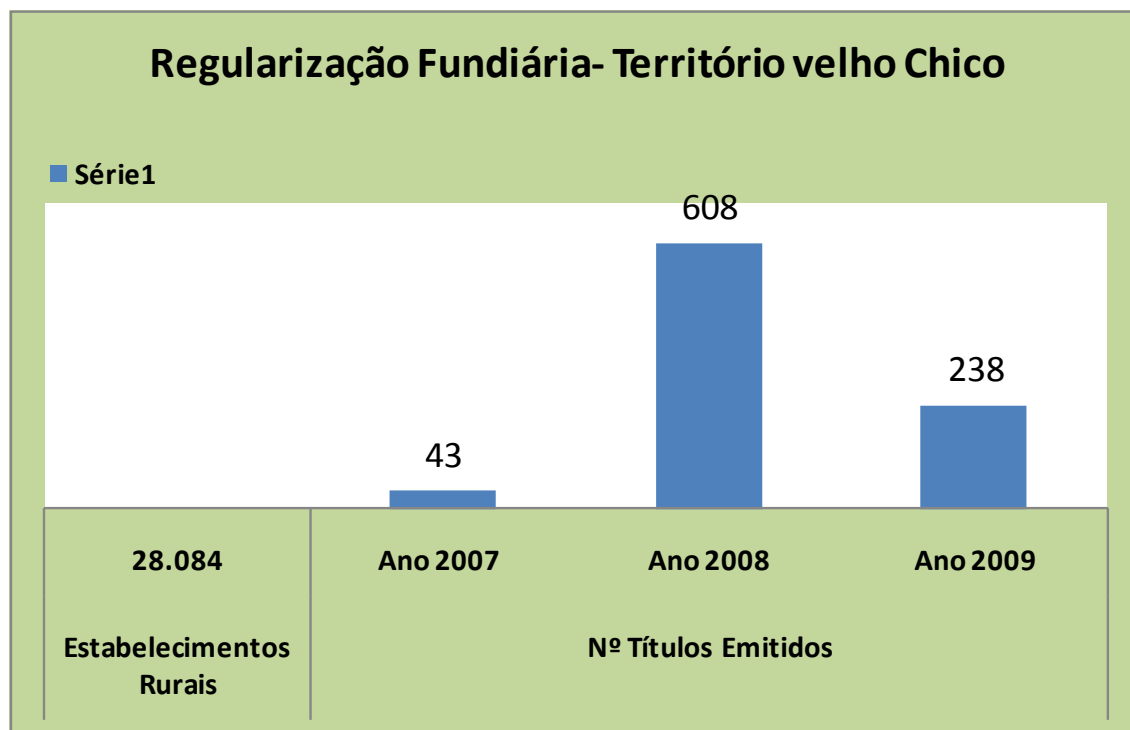
Além da desapropriação, encontraram-se outras formas de acesso à terra no Território. Uma delas é o Programa Cédula da Terra - PCT (e sua continuação, o Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF, embora que com algumas e importantes modificações), implantado com o apoio do Banco Mundial. O PCT foi oficialmente lançado no estado da Bahia em novembro de 1997, e o Território já conta

com 16 projetos implantados, numa área de 14.273,17 ha envolvendo 521 famílias. A média de área por família corresponde a 27,39 hectares, muito inferior ao módulo rural (65 hectares).

Com relação ao grau de concentração das terras, o índice de Gini de 66,67% dos municípios é classificado como forte e muito forte. Nos municípios de Barra, Sitio do Mato e Malhada os índices variam de 0,910 a 0,959. São municípios localizados nas margens do rio São Francisco, áreas normalmente disputadas por grandes fazendeiros e altamente valorizadas. Mesmo o município de Serra do Ramalho, originado do Projeto Especial de Colonização no que as terras foram divididas eqüitativamente para abrigar aos “removidos” pela construção da Barragem do Lago de Sobradinho, e que deveria ter, por isso mesmo, uma classificação de nula a fraca, demonstra uma tendência a concentração de terras, pois, depois de 10 anos de institucionalização do município, o índice de Gini esta na faixa de 0,410, considerado como fraca a média.

Espacialização da Concentração de Terra





Infra-estrutura

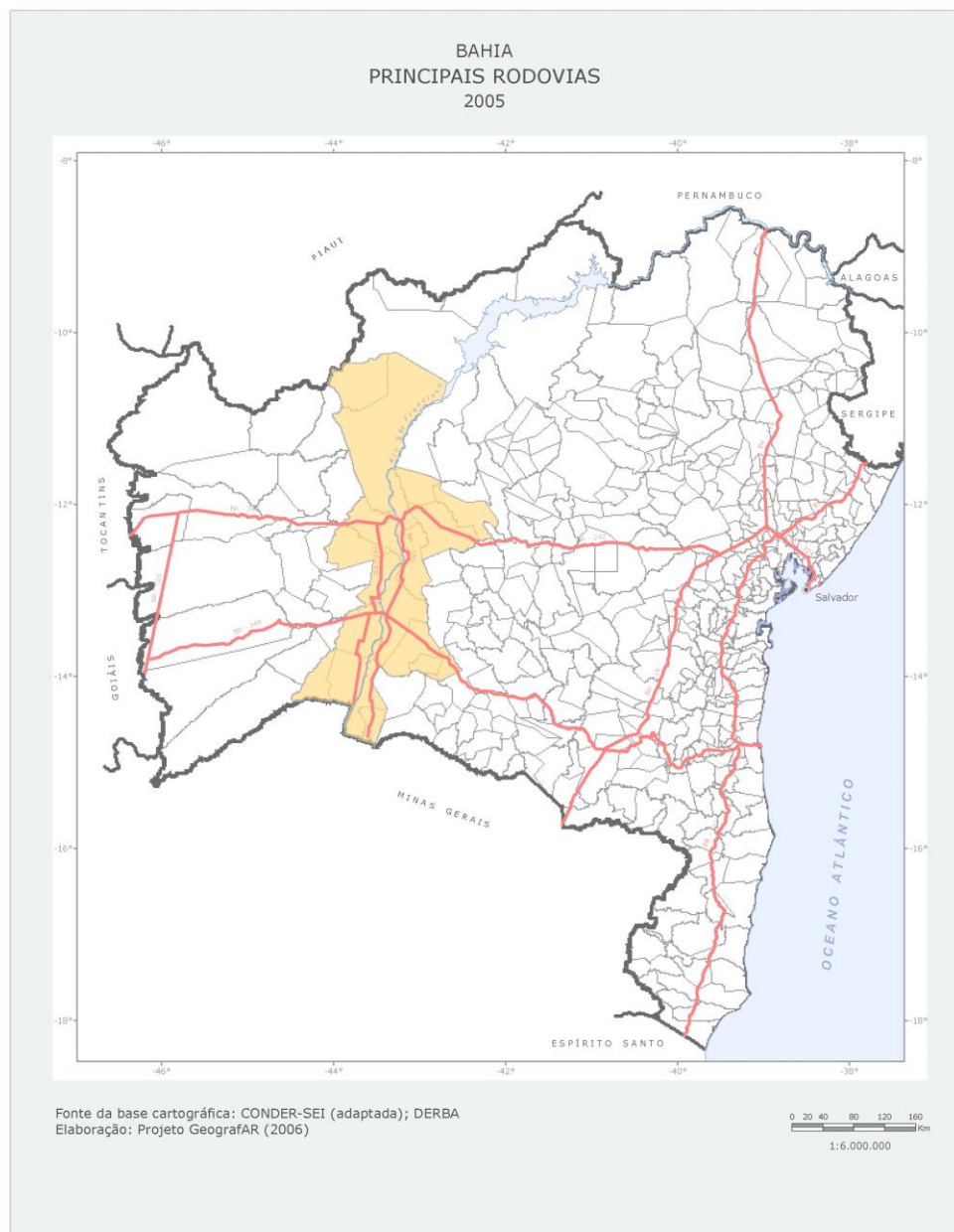
O Território é cortado por rodovias interestaduais e intermunicipais, destacando-se a BR 242 – Salvador / Brasília, via Barreiras, que liga o Território às mais importantes capitais do país. A cidade de Bom Jesus da Lapa é ponto de entroncamento das rodovias federais BR 349 - Santa Maria da Vitória / Bom Jesus da Lapa e BR 430 – Caetité, Bom Jesus da Lapa e a cidade de Malhada recebem a rodovia BR 030.

Duas grandes rodovias estaduais margeiam o rio São Francisco. Na margem direita, de Malhada a Ibotirama (297 km) e de Barra a Xique-Xique (91 km) a BA 160. Na margem esquerda, de Carinhanha a Barra (426 km) a BA 161.

A malha viária do Território Velho Chico encontra-se recuperada quase em sua totalidade. Já foram recuperadas: BR 242 (Salvador-Brasília), a BR 349 (Bom Jesus da Lapa – Caetité) e a BR (Bom Jesus da Lapa – Santa Maria da Vitória). Quanto às BAs foi recuperada apenas a BA (Muquém do São Francisco – Santa Maria da Vitória). Em recuperação: BA (BR 242 – Brotas de Macaúbas) e BA (Barra – Ibotirama). A

recuperar: BA (Ibotirama - Bom Jesus da Lapa), BA (Muquém do São Francisco – Serra do Ramalho), BA (Bom Jesus da Lapa – Carinhanha). Estradas de terra que precisam ser pavimentadas: Carinhanha a Feira da Mata, BR 242 a Morpará, Riacho de Santana a Matina. Além disso, foi construída a ponte sobre o Rio São Francisco ligando Malhada a Carinhanha.

Principais Rodovias do Território



Apesar destes avanços importantes nas rodovias, ainda persistem sedes municipais desprovidas de estradas asfaltadas, como no caso de Matina e Morpará. As estradas estaduais no Território ainda se encontram em precário estado de conservação. De modo geral, o território é bem servido de estradas vicinais e rodagens que dão acesso à zona rural, todavia por serem estradas de barro e chão batido necessitam de cuidados constantes, principalmente em épocas de chuvas.

O rio São Francisco e seus afluentes são importantes canais de interligação entre as cidades, entretanto, esse sistema de locomoção de pessoas através da hidrovia no São Francisco é utilizado apenas pelos moradores das ilhas e das comunidades ribeirinhas para o acesso às cidades. A hidrovia do São Francisco, outrora fator de maior importância para o desenvolvimento da região no que se refere ao transporte de mercadorias, é utilizada apenas para o transporte de grãos produzidos no oeste da Bahia, fazendo o percurso Ibotirama – Petrolina.

Com relação a questão energética, vale lembrar que a demanda nas áreas rurais ainda é considerável. Praticamente há carência em todos os municípios, embora alguns como Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Igaporã estão bem abastecidos. A alternativa que vem suprimindo o déficit de energia elétrica no Território é o Programa do Governo Federal “Luz Para Todos”, que tem o objetivo de levar energia elétrica para mais de 12 milhões de pessoas. A instalação da energia elétrica até os domicílios é gratuita para as famílias de baixa renda e para os consumidores residenciais, com ligação monofásica e consumo mensal inferior a 80kwh/mês, as tarifas são reduzidas, como previsto na legislação.

O território terá o primeiro Parque Eólico da Bahia no Município de Brotas de Macaúbas, o qual encontra-se em fase de implantação, um investimento no valor estimado de 400 milhões de reais.

Um ponto crítico do território é o esgotamento sanitário, que vem sendo solucionado por intermédio do Programa de Revitalização do São Francisco, executado pelo convênio CODEVASF e Prefeituras. Em sua primeira etapa atendeu as cidades ribeirinhas e posteriormente irá atender as cidades localizadas nas caatingas.

Uma área que é bastante deficitária no Território são os pontos de armazenagem, embora alguns municípios disponham de alguma infra-estrutura. Na margem esquerda do São Francisco, no município de Muquém do São Francisco, existem duas empresas de transporte de grãos com dois grandes silos para a armazenagem de soja e caroço de algodão. A agricultura familiar carece de espaços adequados para armazenamento dos seus produtos, principalmente daqueles destinados para suporte da CONAB.

Aspectos Culturais

Principais Características Culturais do Território Velho Chico

Nos municípios do Território Velho Chico diversos programas culturais institucionalizados pelo governo estadual e federal já começam a fazer parte do cotidiano das populações, mas é bom lembrar que, como sugere os indicadores socioeconômicos do Velho Chico, boa parte da população trabalha e mora no meio rural. E o meio rural ainda é carente com relação ao acesso aos bens culturais.

De fato é possível verificar grande presença de jovens nos eventos carnavalescos, micaretas e encontros religiosos. Mesmo diante das dificuldades e desafios, constata-se a existência de festas tradicionais, principalmente ligadas ao Rio. São muitas as procissões e romarias. Nos povoadas ainda se mantêm grupos de reisados, rodas de São Gonçalo, os reis do Boi, os reis da mulinha, as cavalhadas, as marujadas, as rodas de samba e as rodas de coco. São tantas as comunidades quilombolas existentes, algumas já perderam parte dos seus símbolos identitários, outras resistem às enxurradas da globalização cultural.

Além disso, quase todos os municípios realizam seus festejos juninos, sendo que Igaporã, Sítio do Mato, Matina, Morpará, Oliveira dos Brejinhos e Barra são as principais referências no Território. Vale salientar que em muitos casos os costumes tradicionais das quadrilhas juninas e forrós pé-de-serra se misturam com as famosas bandas contemporâneas de forró eletrônico, o que tem influenciado maior presença da juventude nos eventos.

Outras festividades que fazem parte do calendário regional são os eventos religiosos na cidade de Bom Jesus da Lapa, os quais são visitados por romeiros de todo o Brasil. Dentre as principais romarias, a Romaria de Bom Jesus da Lapa e a Romaria de Nossa Senhora da Soledade são as que têm maiores públicos.

Dois grandes movimentos artístico-culturais são marcantes no território: A Semana de Cultura de Ibotirama realizada pela Prefeitura Municipal de Ibotirama

(Festival de Musica e Poesia) e o Movimento Canta Vale coordenado pela Fundação Cultural do Vale do São Francisco – FUNDASF.

Não é à toa que a linguagem artística que mais se prolifera no Território seja a música. Uma diversidade de cantores e compositores de vários estilos musicais participa dos festivais, tendo como tema principal os encantos e desencantos do Rio São Francisco.

Eventos que promovem a comercialização e articulação dos atores sociais também acontecem e tem um papel importante. A Feira Territorial da Agricultura Familiar que é realizada pelo CODETER-VC; A FERIA de Arte e Cultura do Território Velho Chico que é organizada pela FUNDASF. As duas têm como proposta divulgar as principais potencialidades do Território, fortalecer a comercialização através da exposição de produtos, bem como promover momentos artístico-culturais com apresentação dos principais grupos populares e compositores.

Principais Equipamentos Culturais

Atualmente existem *07 Pontos de Cultura no Território, sendo 5* conveniados com a Secretaria de Cultura do Estado SECULT e 2 conveniados diretamente com o Ministério da Cultura – MINC, os quais desenvolvem oficinas das diversas linguagens artísticas com a juventude urbana principalmente, além de cursos de inclusão digital e elaboração de projetos. Os *Pontos* estão localizados nos seguintes municípios: Paratinga; Barra; Ibotirama e Bom Jesus da Lapa.

Relação dos Pontos de Cultura

Descrição	Município	Convênio	Principais atividades
Ponto de Cultura Ginga e Arte	Barra	SECULT / MINC	Oficinas de capoeira e danças afro.
Ponto de Cultura Tarrafa Cultural	Ibotirama	SECULT / MINC	Oficinas de teatro, dança, música e artesanato.
Ponto de Cultura Sou Capaz	Ibotirama	MINC	Oficinas de inclusão digital, momentos de

			cinema e cidadania, etc.
Ponto de Cultura Paratinga Viva	Paratinga	SECULT / MINC	Oficinas de Capoeira, palestras educativas.
Ponto de Cultura Território Velho Chico	Bom Jesus da Lapa	SECULT / MINC	Oficinas de elaboração de projetos culturais e oficinas continuadas de bordado, fantoches, esculturas e papel reciclado.
Ponto de Cultura Projeto Semear	Bom Jesus da Lapa	SECULT / MINC	Oficinas de capoeira e oficinas de pintura.
Ponto de Cultura Cidade Cidadã	Bom Jesus da Lapa	MINC	Oficinas de capoeiras com crianças e adolescentes.

Dados levantados em Outubro de 2010

Dentre as comunidades que dispõem de mini-bibliotecas arcas das letras destacam-se: Assentamento Manoel Dias (Muquém do São Francisco); Assentamento Fazenda Ferrari (Oliveira dos Brejinhos); Assentamento Riacho dos Porcos Sambaíba (Paratinga); Quilombo Barro Vermelho (Sitio do Mato); Assentamento Extrativismo São Francisco - Boa Vista (Serra do Ramalho); Assentamento Fazenda Batalha (Bom Jesus da Lapa); Assentamento Marrecas (Malhada); Povoado São José (Carinhanha); Assentamento B. Vermelho (Barra); COOPERVASF (Morpará).

Já os pontos de leitura, até setembro de 2010 foram identificados apenas 04, sendo 02 em Ibotirama (Barco Escola e Associação de Mãos Dadas), 01 em Muquém do São Francisco (Assentamento Manoel Dias) e 01 em Bom Jesus da Lapa (Ponto de Cultura Projeto Semear). No edital “Pontos de Leitura” 2010, lançado pela Secretaria de Cultura do Estado em parceria com o Ministério da Cultura, foram inscritos 17 projetos do Território Velho Chico e 15 já foram habilitados, com possibilidades de aprovação..

Com relação às bibliotecas públicas municipais, há casos em que as mesmas estão em pleno funcionamento, como há alguns casos em que estão em processo de implantação. Segundo dados da Fundação Pedro Calmon – FPC, todos os municípios

do Território Velho Chico dispõem de bibliotecas públicas.

Observando também dados do *Relatório de Gestão Territorial do Velho Chico de Fevereiro de 2010*, foram identificados alguns equipamentos culturais ligados às tecnologias da informação instalados pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia – SECTI recentemente: 1) Aldeia TUXÁ (Ibotirama); 2) Biblioteca Milton Santos (Brotas de Macaúbas); 3) Aldeia Kiriri (Muquém do São Francisco); 4) Assentamento Nova União (Paratinga); 5) Quilombo Parateca (Malhada); 6) Sindicato dos Trabalhadores Rurais (Bom Jesus da Lapa); 7) Centro da Cidade (Paratinga); 8) AECOFABA – Associação das Escolas Famílias Agrícolas (Riacho de Santana) e 9) na Sede de Sitio do Mato. Segue relação de outras Casas Digitais do Território Velho Chico que estão em processo de instalação pelo Ministério de Telecomunicações com articulação do Ministério do Desenvolvimento Agrário:

NOME DA CASA DIGITAL	UF	MUNICÍPIO
Casa Digital - P.A Nova União da Fazenda de Ferrari	BA	Oliveira dos Brejinhos
Casa Digital -Quilombo Rio das Rãs	BA	Bom Jesus da Lapa
Casa Digital – Brotas de Macaúbas	BA	Brotas de Macaúbas
Casa Digital - Feira da Mata	BA	Feira da Mata
Casa Digital - Dos Produtores Rurais De Bandarra	BA	Morpará
Casa Digital – Comunidade do Cipó	BA	Riacho de Santana

Alguns municípios dispõem de Centros Culturais (Serra do Ramalho, Igaporã e Paratinga), sendo que auditórios do CTEP de Ibotirama e do Colégio ACM (Bom Jesus da Lapa) são os mais utilizados na maioria dos eventos culturais desenvolvidos no Território. Os municípios de Igaporã, Barra, Muquém do São Francisco e Brotas de Macaúbas aprovaram projetos de implantação de cines mais cultura (cines clubes) apoiado pelo Ministério da Cultura em 2009. No Edital Cine+Cultura 2010 lançado pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia em parceria com o Ministério da Cultura 8 projetos foram inscritos e habilitados, sendo que foram aprovados 04 para as seguintes instituições: Associação Agro Pastoril

Quilombola de Juá / Bandeira em Bom Jesus da Lapa, Fundação Cultural do Vale do São Francisco em Bom Jesus da Lapa, Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Riacho de Santana e Associação Desenvolvimento Comunitário São Sebastião de Paratinga.

Patrimônio Material

Quanto ao patrimônio material do Território vale lembrar que este vai além da beleza do Rio São Francisco e seus afluentes, pois o Velho Chico é rico em sítios arqueológicos, grutas, cavernas, dezenas de casarões e igrejas de séculos passados, bem como centenas de outras belas paisagens.

Uma das mais belas paisagens de Brotas de Macaúbas é a Pedra do Urubu, que oferece uma vista completa da cidade e da Cachoeira dos Três Reis; Em Oliveira dos Brejinhos, no Povoado de Cercado destaca-se o Sítio Arqueológico da Pedra Furada; Em Muquém do São Francisco, no povoado de Piragiba, existem achados arqueológicos com urnas funerárias (potes de barro) de índios Aratu (Habitavam o Riacho de Santana – 800 anos atrás) e Tupi-Guarani (habitavam o circo do Zé Preto a aproximadamente 500 anos atrás) que eram enterrados com todos os seus pertences; Em Barra, além dos belíssimos casarões e igrejas existe a beleza dos Brejos; Em Paratinga o Brejo das Moças; Em Bom Jesus da Lapa, o Morro da Lapa; Em Riacho de Santana a Barragem do “Giral”; Em Serra do Ramalho a Caverna da Mata Verde; Em Carinhanha o Pontal, dentre outras.

Comunidades Tradicionais

As principais populações tradicionais do Velho Chico são: 1) Comunidades de Fundos de Pasto nos municípios de Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos: sistema de ocupação coletiva da terra por comunidades, em geral, com certo grau de parentesco. Esta ocupação dá-se na forma de sistema agropastoril. As propriedades coletivas têm como atividade principal o pastoreio extensivo e/ou semi-extensivo de animais de pequeno porte (caprinos e ovinos), com direito ao uso comum das pastagens nativas da caatinga e, secundariamente, a agricultura de subsistência; 2)

Comunidades Quilombolas nos municípios de Bom Jesus da Lapa, Muquém do São Francisco, Paratinga, Sítio do Mato, Malhada, Riacho de Santana e Carinhanha, dentre outros: foram reconhecidas 33 Comunidades Rurais Quilombolas, sendo o Rio das Rãs a mais antiga, reconhecida nos anos 90; 3) Comunidades dos Brejos no município de Barra: A região dos Brejos é formada por terrenos férteis e agricultáveis, constituída por 47 localidades e tem uma população estimada em 25.000 habitantes, numa extensão de 280 mil hectares; 4) Comunidades Indígenas nos municípios de Ibotirama, Muquém do São Francisco e Serra do Ramalho: Nas aldeias Tuxá, Kiriri e Pankarú/Pataxó Hã Hã Hãe existem 1430 pessoas aproximadamente, vivendo numa área total de 3062 ha; Especificamente os Pataxós Hã Hã Hãe é um grupo formado por 21 índios vindos de Itajuba da Colônia em 1974 e desde então encontram-se em Serra do Ramalho na comunidade de Caldeirão Verde, estão em processo de articulação com a FUNAI e INCRA para reconhecimento da aldeia.

Relação entre a oferta e a demanda na área cultural

Em alguns municípios do Território Velho Chico, percebe-se a existência de comunidades tradicionais que ainda conseguem preservar suas manifestações culturais, mesmo diante dos desafios da contemporaneidade. De fato, precisam de políticas públicas culturais consistentes e de órgãos gestores da cultura cada vez mais fortalecidos, além de necessitarem de planejamentos participativos, capazes de ultrapassar o apoio apenas aos festejos comemorativos. Existem iniciativas importantes, todavia, ainda não atendem as reivindicações e demandas locais.

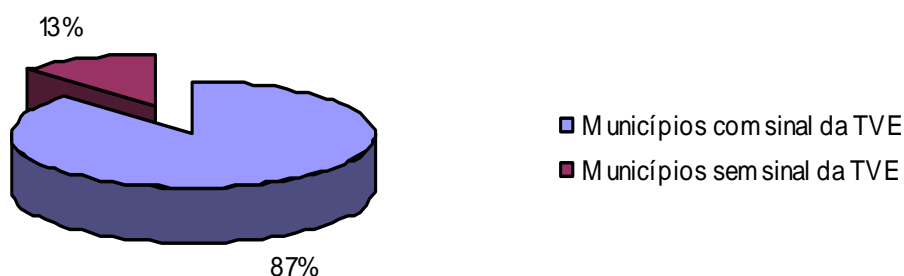
Constata-se que os equipamentos culturais existentes, apesar de conservados e imprescindíveis, ainda não conseguem atender a demanda da juventude local, principalmente do meio rural e periferias.

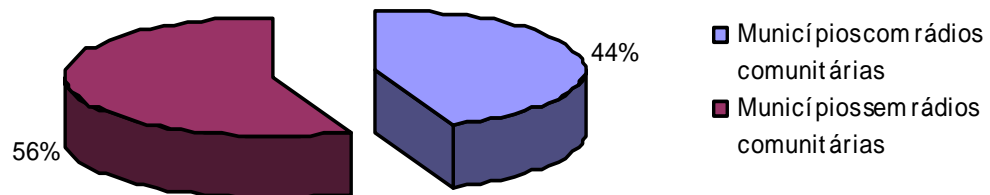
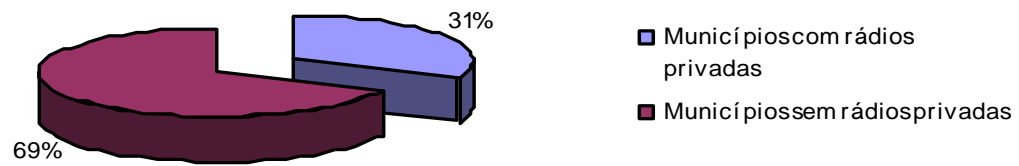
Rede de comunicação regional

Os veículos de comunicação utilizados com mais frequência em boa parte dos municípios do Território Velho Chico, são sites regionais, alto-falantes, carros de som e, quando da realização de algum evento utiliza-se bastante a confecção de materiais

gráficos. Verificar-se a existência de 66 lan houses privadas, além de alguns poucos centros de inclusão digital abertos ao uso da comunidade. A TV Oeste (afiliada da Rede Globo), com sede em Barreiras, segue a orientação das TVs privadas brasileiras, ou seja, programação vertical para divulgar a cultura dos grandes centros, o que dificulta bastante o fortalecimento da cultura local, no entanto, o sinal é de razoável qualidade.

Há também algumas empresas de design e marketing. O Território dispõe de telefones fixos, sendo que há os municípios que pegam o sinal de todas as operadoras (VIVO, TIM, OI, CLARO), bem como municípios que só pegam sinal de uma operadora (VIVO). O sinal da TVE Bahia, demais canais e rádios locais (comunitárias ou não) estão demonstradas nos gráficos abaixo:





Institucionalidade da cultura e estágios de implantação dos sistemas municipais de cultura

O Protocolo de Intenções é um pacto cultural entre a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia e Municípios dos Territórios e tem por objeto estabelecer as condições necessárias para a implantação do Sistema Estadual de Cultura. Para que isso aconteça, torna-se imprescindível a implantação dos sistemas municipais de cultura. O Sistema Municipal de Cultura pressupõe articulação e fortalecimento da gestão e promoção conjunta de políticas, tendo como intuito formular e implantar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e sociedade civil. Os 16 municípios do Território Velho Chico já assinaram os protocolos de intenções com a SECULT.

Municípios	Estrutura existente (Secretaria ou departamento ou fundação ou diretoria)	Conselho	No Membros	Paridade	Plano de Cultura	Fundo de Cultura	Conferências Municipais	observações
Barra	Diretoria ligada a SECEL*	não	-	-	-	não	sim	O município está em processo de implantação do sistema municipal de cultura, prioritariamente fundo, plano e conselho.
Morpará	Coordenação ligada a SECEL*	não	-	-	não	não	sim	-
Brotas de Macaúbas	Coordenação ligada a SECEL*	não	-	-	não	não	sim	O município já demonstrou interesse em implementar o sistema. Segundo informações do Prefeito, até final do ano estará criando os principais instrumentos: conselho, plano e fundo.
Oliveira dos Brejinhos	Diretoria ligada a SEC**	não	-	-	não	não	sim	-
Ibotirama	Coordenação ligada a SECEL*	não	-	-	-	-	sim	Os projetos de lei de criação do conselho (nº 18/2009) e fundo (nº 19/2009) já foram aprovados e sancionados pelo prefeito, todavia ainda não foram implementados de fato.
Muquém do São Francisco	Coordenação ligada a SECEL*	não	-	-	não	não	sim	-

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - PTDS

Paratinga	Coordenação ligada a SECEL*	não	-	-	não	não	sim	-
Bom Jesus da Lapa	Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer	não	-	-	não	não	sim	-
Igaporã	Diretoria ligada a SECEL*	sim	1 6	50%	-	-	sim	A lei 196 de 16/12/2009 institui o sistema municipal de cultura e foi aprovada pela câmara dos vereadores. Os instrumentos do sistema, inclusive o 'conselho, estão em processo de implementação.
Riacho de Santana	Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer	não	-	-	-	-	sim	A lei 136 de 22/12/2009 institui o sistema municipal de cultura e foi aprovada pela câmara dos vereadores. Os instrumentos do sistema, inclusive o conselho, estão em processo de implementação.
Matina	Coordenação ligada a SECEL*	não	-	-	não	não	sim	-
Sítio do Mato	Coordenação ligada a SECEL*	não	-	-	não	não	sim	Segundo a coordenadora de cultura é interesse do município iniciar a implementação de componentes do sistema ainda em 2010.
Serra do Ramalho	Coordenação ligada a SECEL*	não	-	-	não	não	sim	-
Carinhanha	Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer	-	-	-	-	-	sim	A Lei 1089 de 2010 instituiu o sistema municipal de cultura. Os instrumentos do sistema, inclusive o conselho, estão em processo de implementação.
Malhada	Coordenação ligada a SECEL*	não	-	-	não	não	não	-
Feira da Mata	Secretaria de Cultura	-	-	-	-	-	não	Através da aprovação da Lei 264 de 29 de junho de 2010 foi instituído o Sistema Municipal de Cultura. A secretaria específica foi criada, mas os outros componentes estão em processo de implantação.

* Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

** Secretaria de Educação e Cultura

* Fonte: Questionários estruturados aplicados aos municípios do Território Velho Chico até outubro de 2010.

Situação dos mecanismos de fomento e financiamento da cultura

Como os municípios ainda estão em processo de implantação dos sistemas municipais de cultura, não existem ainda os mecanismos de financiamento locais. Os

poucos recursos gastos com cultura, principalmente nos festejos tradicionais são provenientes de outras fontes¹.

Não é novidade dizer que os órgãos de cultura no interior da Bahia trabalham com pouca autonomia, com recursos escassos, sem equipes e infra-estrutura inadequada. Todavia, mesmo diante das dificuldades enfrentadas por muitos gestores, ainda é possível fazer muito e, para tanto, torna-se necessário iniciar um trabalho de mobilização dos artistas locais, grupos de cultura popular, produtores culturais, empresários e educadores no controle social das políticas públicas que estão em processo de implantação, o que poderá ser de grande contribuição para fortalecer a gestão cultural. Os fundos municipais de cultura serão instrumentos imprescindíveis para que haja um avanço considerável na área. Várias instituições culturais, artistas, produtores e grupos de cultura popular tem se apoiado mais nos mecanismos de financiamento estadual e federal. Os editais públicos, boa parte deles lançados com recursos do fundo estadual de cultura tem sido o caminho para grande parte dos artistas e grupos interessados. Como sugere a lei, parte dos recursos do fundo de cultura da Bahia, são repassados aos municípios no final do ano, de acordo a critérios pré-estabelecidos.

REPASSES DO FUNDO DE CULTURA DA BAHIA - 2005 a 2010						
MUNICÍPIOS	2005	2006	2007	2008	2009*	2010
Barra	R\$ 8.361,38	R\$ 8.320,28	R\$ 16.367,60	R\$ 17.509,04	R\$ 27.226,88	R\$ 3.369,14
Bom Jesus da Lapa	R\$ 8.206,13	R\$ 8.693,55	R\$ 16.505,00	R\$ 16.782,61	R\$ 26.389,27	R\$ 3.602,81
Brotas de Macaúbas	R\$ 2.494,88	R\$ 2.510,76	R\$ 4.868,48	R\$ 5.104,58	R\$ 7.846,69	R\$ 984,20
Carinhanha	R\$ 3.658,50	R\$ 3.565,16	R\$ 6.748,26	R\$ 6.900,61	R\$ 10.386,86	R\$ 1.352,57
Feira da Mata	R\$ 1.909,50	R\$ 2.121,02	R\$ 4.284,67	R\$ 4.127,22	R\$ 6.273,47	R\$ 774,39
Ibotirama	R\$ 3.731,25	R\$ 3.935,06	R\$ 7.514,09	R\$ 7.269,24	R\$ 11.148,28	R\$ 1.485,16
Igaporã	R\$ 1.840,50	R\$ 1.851,45	R\$ 3.594,81	R\$ 3.752,74	R\$ 5.802,99	R\$ 725,74
Malhada	R\$ 3.180,00	R\$ 4.120,47	R\$ 8.243,77	R\$ 6.249,73	R\$ 8.467,29	R\$ 1.112,04
Matina	R\$ 1.677,38	R\$ 1.716,28	R\$ 3.201,74	R\$ 3.270,11	R\$ 5.000,45	R\$ 637,14
Morpará	R\$ 2.034,38	R\$ 2.042,87	R\$ 4.121,72	R\$ 4.491,76	R\$ 7.282,91	R\$ 931,88
M.São Francisco	R\$ 3.259,50	R\$ 3.346,96	R\$ 7.119,50	R\$ 7.528,69	R\$ 10.692,00	R\$ 1.367,95
O.dos Brejinhos	R\$ 4.103,25	R\$ 4.132,36	R\$ 8.140,25	R\$ 8.277,88	R\$ 12.009,33	R\$ 1.445,23
Paratinga	R\$ 3.652,50	R\$ 3.711,16	R\$ 7.063,46	R\$ 7.160,64	R\$ 10.801,02	R\$ 1.382,11
Riacho de Santana	R\$ 3.858,00	R\$ 4.356,87	R\$ 8.227,53	R\$ 7.690,11	R\$ 11.603,49	R\$ 1.453,88
Serra do Ramalho	R\$ 4.816,88	R\$ 4.912,68	R\$ 8.759,73	R\$ 8.428,51	R\$ 12.543,35	R\$ 1.630,59
Sítio do Mato	R\$ 3.232,50	R\$ 3.175,80	R\$ 5.279,91	R\$ 4.819,02	R\$ 7.147,08	R\$ 904,28
TOTAL	R\$ 62.021,50	R\$ 64.518,71	R\$ 122.047,54	R\$ 121.370,48	R\$ 180.621,36	R\$ 25.169,12

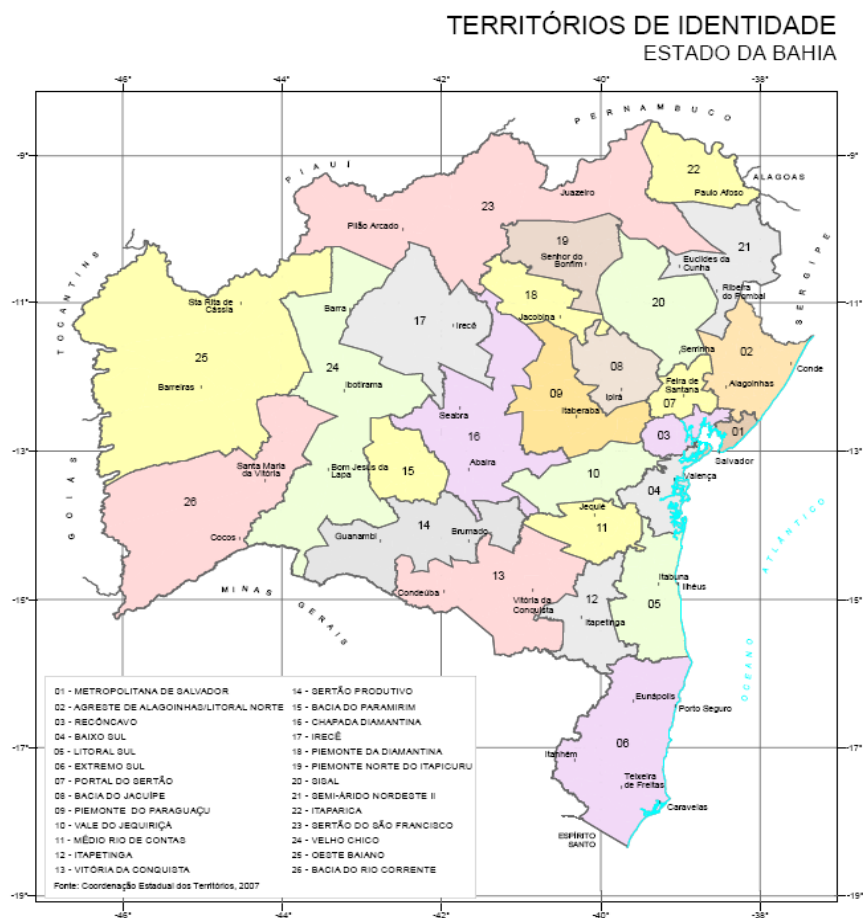
Fonte: Secretaria da Fazenda da Bahia / SEFAZ-BA – até outubro de 2010

¹ FPM – Fundo de Participação dos Municípios

Nos anos de 2005 e 2006 o repasse foi realizado apenas em uma parcela, nos mês de outubro e março, respectivamente. Em 2007, foram 6 parcelas, entre os meses de junho e novembro. Em 2008, duas parcelas, nos meses de julho e agosto. Em 2009 foram repassadas quatro parcelas, entre os meses de julho e setembro, outubro. Até outubro de 2010 foi repassada apenas uma parcela.

Política de Desenvolvimento Territorial

Para responder à diversidade que molda o Brasil, o MDA, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT desenvolve em todo o país a Política de Desenvolvimento Rural Sustentável. Criada no ano de 2003, a SDT tem como finalidade articular, promover e apoiar as iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos em benefício do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, como forma de reduzir as desigualdades regionais e sociais, integrando-os aos processos de desenvolvimento nacional e promovendo a melhoria das condições de vida das populações. O grande desafio enfrentado pela SDT é articular e construir institucionalmente os territórios a partir da composição de identidades regionais, considerando-os espaços privilegiados para a concretização das políticas e das estratégias de desenvolvimento sustentável.



Na concepção da SDT territórios são “*espaços físicos, geograficamente definidos, geralmente contínuos, compreendendo cidades e campos caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial*”. De modo que favoreça a gestão de políticas públicas pautadas no desenvolvimento sustentável, no estímulo às parcerias, à articulação entre as demandas sociais, na promoção de capacidades e na participação em todos os níveis.

O Programa Territórios da Cidadania é um esforço de articulação de políticas públicas por um conjunto de Ministérios com seus programas, projetos e ações com o objetivo de promover a inclusão social, melhorara os índices de desenvolvimento humano e reduzir os índices de exclusão social.

O Governo Federal e do Estado da Bahia construiu uma agenda destinada a reverter o quadro de exclusão social, tomando por base a política de desenvolvimento territorial, por meio das políticas públicas associadas à ocupação e geração de renda, fortalecimento da agricultura familiar, acesso à tecnologia da comunicação, distribuição de renda por intermédio dos programas sociais, acesso ao mercado com os programas PAA e PNAE, incentivo das cadeias produtivas, educação profissionalizante, política de créditos e de assistência técnica ATER e ATES, acesso a água e luz - “Programas Luz para Todos e Água para Todos”, fomento às bases de serviços, melhoria da malha viária, incremento ao programa do micro crédito, política de regularização fundiária, a política de editais, democratização de acesso a recursos públicos pela sociedade civil, incentivo a cultura, atenção à saúde, política de gestão participativa PPA e conselhos setoriais, e tantos outros contidos nas matrizes da política de desenvolvimento territorial.

O Governo do Estado da Bahia pelo decreto 12354/10 de 25 de agosto de 2010, Institui o Programa Territórios de Identidade com a finalidade de colaborar com a promoção do desenvolvimento econômico e social dos Territórios de Identidade da Bahia, em consonância com os programas e ações dos governos federal, estadual e

municipal. No mesmo decreto em seu art.3º Institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial CEDETER.

O Governo do Estado, desde 2007 tem apoiado os 26 territórios de identidade da Bahia, primeiro os reconheceu como unidades de planejamento (realização do PAA Participativo), para facilitar a descentralização de políticas públicas depois fez convênios com diversas organizações que atuam na articulação dos Territórios. Todo este esforço está focado na superação da pobreza como principal desafio da sociedade brasileira e para tanto é necessário um novo paradigma resultante de um novo modelo de desenvolvimento, pautado em novas relações entre o Estado e Sociedade, para a concretização e implementação de políticas públicas.

Nesta perspectiva e em consonância com o MDA, este Plano de Desenvolvimento Territorial contempla as quatro principais dimensões dos processos de desenvolvimento que são: a dimensão econômica, a dimensão sociocultural, a dimensão político-institucional e a dimensão ambiental.

Gestão Social do Território Velho Chico

A política de Desenvolvimento Territorial é viabilizada através do coletivo de instituições do poder público e da sociedade civil que compõem o CODETER – VC. O território é gerido por um Colegiado Territorial, CODETER (Conselho de Desenvolvimento Territorial) de caráter paritário, reformulado em 8 de abril de 2008, por representantes das instituições da Sociedade Civil, que tem atuação comprovada e estrutura funcional no território, e dos Poderes Públicos instituídos da esfera municipal, estadual e federal, respeitando as representações dos segmentos sociais.

As principais atribuições do CODETER são: a) sensibilizar, comprometer, articular e coordenar os atores sociais do território, com vistas à construção e qualificação coletiva do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável - PTDS, bem como outros documentos de promoção do Desenvolvimento Sustentável; b) promover a elaboração das Agendas de Prioridades, bem como a Seleção dos Projetos a serem implementados a cada fase do PROINF (PRONAF Infra-estrutura), do Programa Territórios da Cidadania e outros; c) articular e apoiar os arranjos institucionais que, no âmbito do território, se responsabilizarão pela elaboração, implantação e operação dos projetos específicos; d) estimular a criação de Câmaras Técnicas Temáticas, Redes Territoriais de prestação de serviços (assistência técnica, economia solidária, capacitação, educação, cultura, tecnologias apropriadas, informação/divulgação, entre outras), bem como apoiar a sua estruturação e operacionalização; e) encaminhar processos de negociação de programas, projetos e ações orientadas para o desenvolvimento sustentável do território; f) promover o acompanhamento e avaliação do processo de desenvolvimento territorial, com encaminhamento das providências necessárias ao seu aperfeiçoamento; g) instituir fundos financeiros de apoio operacional as ações territoriais. A Plenária do Colegiado é o órgão colegiado superior, ao qual competem todas as decisões estratégicas ligadas ao processo de desenvolvimento territorial.

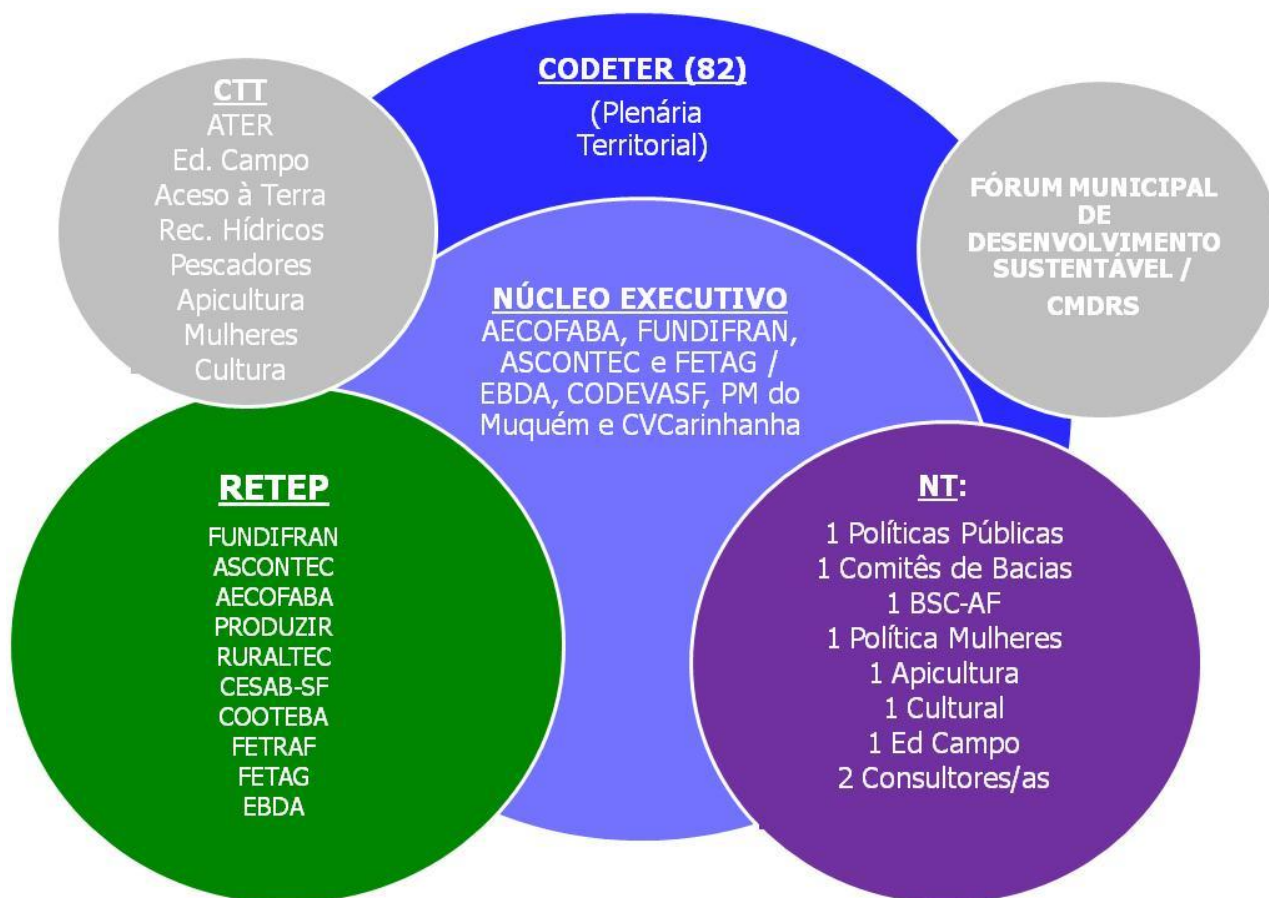
O Núcleo Executivo eleito pela Plenária Territorial com representações das forças estratégicas atuantes no território, de caráter paritário, sendo formada por 08

membros entre poder publica e sociedade civil. Compete o Núcleo Executivo: a) fornecer ao Colegiado todas as informações sobre as ações, programas e projetos do Território; b) organizar e propiciar as condições necessárias para o funcionamento do Núcleo Técnico, das Câmaras Técnicas ou grupos de trabalho para melhor executar os seus serviços; c) organizar, em conjunto com o Articulador Territorial, as plenárias e eventos territoriais; d) avaliar, em conjunto com as câmaras técnicas ou grupos de trabalho, os planos de trabalho; e) analisar a documentação da Instituição indicada para articulação e gestão territorial; f) decorrida a indicação da Instituição articuladora e/ou gestora do território, o Núcleo Executivo encaminhará o seu parecer ao MDA, juntamente com a documentação pertinente; g) representar o Colegiado na Coordenação Estadual dos Territórios – CET e nos eventos territoriais estaduais e nacionais; h) gerenciar o plano de ações integradas do programa “Territórios da Cidadania”; i) acompanhar a execução dos contratos e convênios na base territorial; j) fomentar a formação continuada dos Conselheiros em Desenvolvimento e Gestão Territorial; j) planejar, juntamente com o Núcleo Técnico, as ações territoriais, bem como monitorá-las.

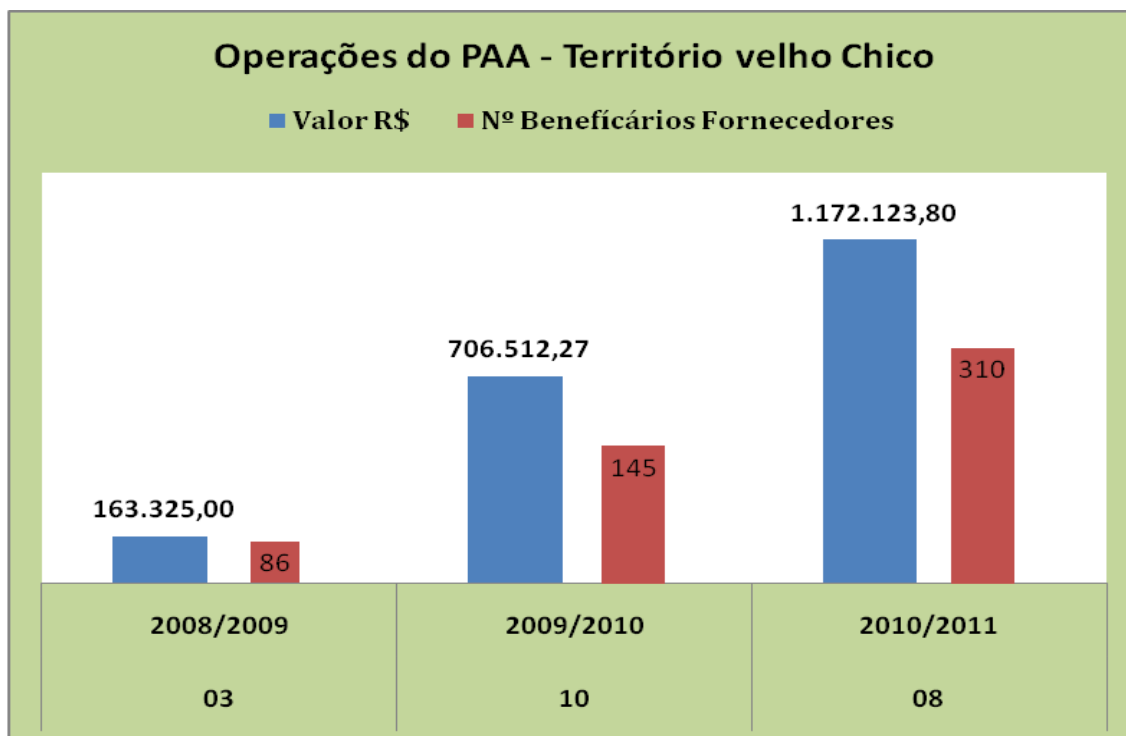
O NT – Núcleo Técnico é constituído por profissionais contratados e/ou cedidos, por tempo determinado, para prestar serviços de articulação, consultoria e coordenação de programas e projetos territoriais. O NT terá como atribuição essencial oferecer apoio técnico ao Núcleo Executivo e ao Colegiado.

As Câmaras Técnicas (ou Grupos de Trabalho) serão formadas de acordo com a necessidade demandada pelo Território em consonância com o plano de ações integradas e eixos estratégicos, sua composição será de, no mínimo 03 e máximo de 12 membros, sendo as mesmas dissolvidas ao findo do objeto a que a gerou. Compete às Câmaras Técnicas: a) elaborar Estudos, projetos, emitir parecer técnico, acompanhar e assessorar ações de ordem técnica; b) esclarecer, defender ações territoriais, perante aos agentes financeiros e outras agências de desenvolvimentos e/ou instâncias governamentais quando convocadas para estes fins; c) prestar informações ao Núcleo Executivo e ao Colegiado, sempre que forem convocadas.

Instâncias Territoriais



No período entre 2005 a 2010 tiveram alguns avanços importantes no processo de gestão social. Neste sentido se destaca: a) a ampliação do número das entidades parceiras (gestoras de recursos de apoio ao território) de 1 em 2004 para 10 em 2010 , constituindo a Rede Territorial de Entidades Parceiras – RETEP; b) a criação das Câmaras Temáticas, representando os seguimentos e eixos temáticos prioritários do Território; c) ampliação do Núcleo Técnico de apoio ao Colegiado; d) evolução da comercialização dos produtos da agricultura familiar para o PAA.



A próxima reformulação do Colegiado vai acontecer em março de 2011, 3 anos após a inclusão do Território Velho Chico no Programa Territórios da Cidadania (2008), quando na oportunidade do lançamento fez a sua última reformulação.

Segue abaixo a lista das instituições membros do Colegiado:

Conselho de Desenvolvimento do Território Velho Chico

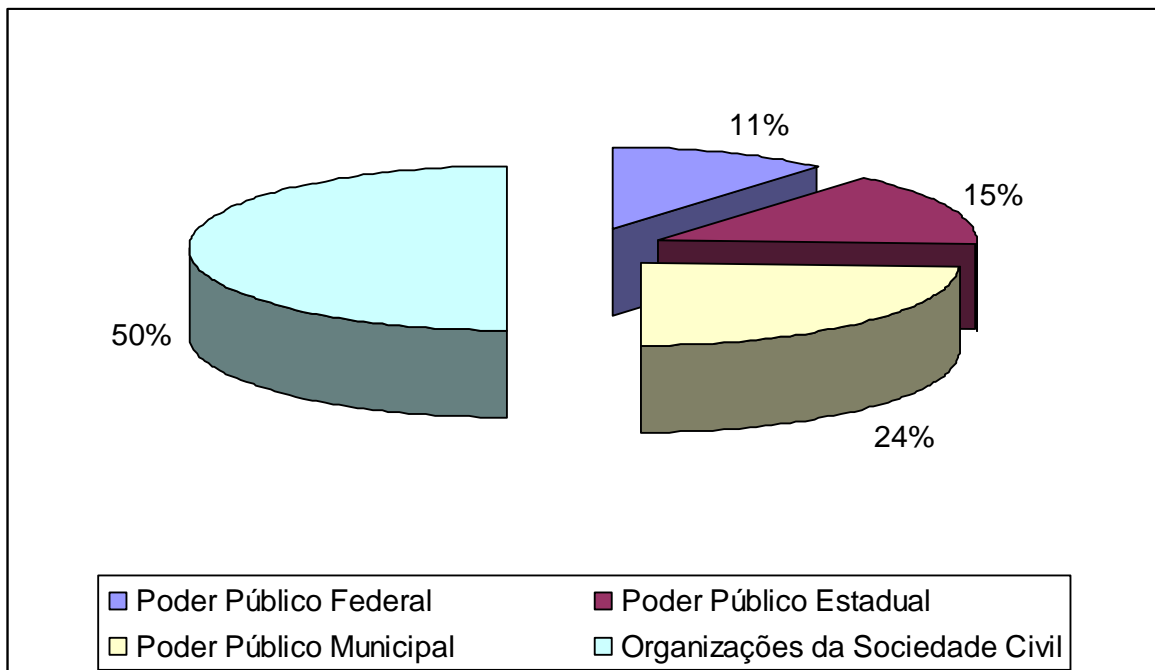
Seguimento	Instituição	Vagas
Poder Público Federal	BANCO DO BRASIL	1
	BANCO DO NORDESTE	1
	CAIXA	1
	CODEVASF	1
	DRT	1
	FUNAI	1
	FUNASA	1
	IBAMA	1
	INCRA	1
Poder Público Estadual	ADAB	1
	AMAVALE	1
	BAHIA PESCA	1
	CAR	1
	CCR-MSF	1
	CDA	1
	DIREC	1
	DIRES	1
	EBDA	1
	EMBASA	1
	SEBRAE	1
	UNEB	1
Poder Público Municipal	CÂMARAS MUNICIPAIS	1
	CMDRS'S	1
	CODER'S	1
	PREFEITURAS*	16
	SAAE	1
Sociedade Civil	STR's**	9
	COOPAMESF	1
	COOPACANA	1
	CASEF	1

	AMFORMOSO	1
	AMUBSF	1
	ASA	1
	ASCONTEC	1
	COOTEBA	1
	APROCANA	1
	CDL'S	1
	ECOSOL	1
	ACARI	1
	ASSALA	1
	AECOFABA	1
	FETRAF	1
	FETAG	1
	CEAPRI	1
	DIOCESES	1
	KIRIRI	1
	PANKARU	1
	TUXÁ	1
	CESAB-SF	1
	FUNDIFRAN	1
	CPESCA	1
	CRQ	1
	APNCF	1
	CETA	1
	MLST	1
	MLT	1
	MST	1
	OTL	1
	SINDSERV	1

* Todos os municípios do Território Velho Chico;

** Sindicatos dos Trabalhadores Rurais Titulares: Sítio do Mato, Oliveira dos Brejinhos, Ibotirama, Barra, Serra do Ramalho, Brotas de Macaúbas, Paratinga, Riacho de Santana, Malhada. Sindicatos dos Trabalhadores Rurais Suplentes: Carinhanha, Morpará, Igaporã, Muquém do São Francisco, Bom Jesus da Lapa, Feira da Mata e Matina.

Distribuição dos seguimentos no Colegiado:



Visão de Futuro

As sucessivas etapas de elaboração deste Plano constituíram-se em um importante processo pedagógico, de reflexão e troca de saberes e experiências. O Plano é a ferramenta definidora de ações, sempre sujeito a revisões e ajustes, visando a proposição de alternativas para resolução dos problemas de maior relevância do Território Velho Chico. O Plano tem como conteúdo o planejamento das ações aproveitando as potencialidades endógenas e as oportunidades que o Território oferece.

As ações de desenvolvimento têm como pressupostos básicos a otimização dos recursos e das iniciativas locais, a adoção de tecnologias adequadas às condições físico - produtivas do Território, a participação dos atores como sujeitos do processo, a priorização das necessidades humanas presentes e futuras e a sustentabilidade dos agroecossistemas e dos recursos naturais existentes.

Sabe-se que, por definição, o desenvolvimento sustentável pressupõe garantir qualidade de vida e de oportunidades, incorporando uma perspectiva de longo prazo que prefigura novas relações entre a economia, a sociedade e o ambiente e redefine elementos de eficiência econômica, de equidade social e de preservação dos recursos naturais.

Para atingir esses pressupostos, este Plano repousa sobre quatro princípios básicos:

- *O ser humano como sujeito da intervenção* - a adoção desse princípio implica pensar os atores territoriais como sujeitos da sua própria história. Cabe a eles gerar as informações, participar de suas análises, referendar os produtos obtidos em cada fase do Plano, bem como responsabilizar-se pela execução das ações propostas.
- *Solidariedade* - a gestão do Desenvolvimento Territorial e a sustentabilidade ao longo do tempo poderão ser operacionalizadas se fortalecidos os laços de solidariedade e convívio existentes.

- *Visão sistêmica e holística* - a realidade entendida como uma totalidade complexa formada por sub-sistemas integrados.
- *Cidadania*. A elevação e a consolidação do sentimento e da prática da cidadania é um dos principais horizontes do Plano, pensado como ferramenta pedagógica com a missão de despertar os agricultores/as para seu papel como atores sociais e políticos, decisivo para o sucesso de qualquer experiência de desenvolvimento sustentável.

Em outras palavras, o Plano deve ser pensado como um instrumento que pode iniciar um processo de mudança social e de criação de novas oportunidades sociais, articulando, no tempo e no espaço, a eficiência econômica, a justiça social e a conservação ambiental.

Esse processo de mudança social se concretiza em um Território com relativa homogeneidade sócio-econômica e ambiental, no que se materializam uma multiplicidade de relações sociais. Nesses espaços, diversos atores sociais e políticos, movimentos sociais, órgãos públicos e ONG's, dentre outros, cada um com suas características e especificidades, estabelecem relações de cooperação, competição, conflito, etc., através das quais poderão ser negociados consensos, pautas e agendas comuns de trabalho.

Nesse sentido, a elaboração e o monitoramento participativo do Plano significam a oportunidade de incorporar a dinâmica da agricultura familiar no Território, propondo novas alternativas de desenvolvimento econômico, social, cultural, institucional e ambiental que potencializem os recursos naturais disponíveis e minimizem as limitações próprias do contexto regional, as quais devem revelar-se capazes de sensibilizar e comprometer outros atores e instâncias interessadas em fortalecer e multiplicar essas propostas.

Pautado nessas reflexões é que foi elaborada a **visão do futuro para Território Velho Chico, a qual tem como intuito antecipar o resultado das ações a partir do conhecimento da realidade e das propostas para o desenvolvimento sugerido neste Plano**, expressando o desejo de mudança e de como se pretende alcançá-la a curto, médio e longo prazo.

A definição da visão de futuro deste plano foi definitivamente elaborada e aprovada nas plenárias territoriais, quando os grupos de trabalho, separados por eixos aglutinadores, definiram a visão de futuro para cada eixo. De posse desses dados, o Núcleo Técnico, responsável pela elaboração do Plano, consolidou e sintetizou o trabalho num texto que tenta refletir o anseio de todos os atores e sem perder de vista as dimensões do desenvolvimento e os eixos priorizados neste documento.

Visão de Futuro

O Desenvolvimento no Território Velho Chico será sustentável, através do fomento e estruturação das cadeias produtivas, da valorização do protagonismo da sociedade civil, promoção da igualdade de gênero, raça e etnia, do fortalecimento das políticas públicas e da melhoria da qualidade de vida das famílias.

As ações produtivas do Território terão uma forte responsabilidade com o meio ambiente onde os ecossistemas são a garantia da biodiversidade e as matas ciliares estarão todas preservadas.

A agroindustrialização e comercialização dos produtos agrícolas e não agrícolas serão feitas de forma organizada, e seus resultados revertidos em benefício da coletividade.

As famílias urbanas e rurais terão a posse legal da terra para produção e moradia, acesso à recursos financeiros e assistência técnica adequadas as demandas territoriais.

A educação será garantida no campo e na cidade em todos os níveis, valorizando os saberes locais e a identidade cultural do povo.

Os municípios do Território Velho Chico estarão com seus sistemas de cultura implantados (órgãos gestores, conselhos, planos e fundos municipais de cultura); grupos artístico-culturais estarão organizados e instituídos; cursos de formação continuada estarão sendo realizados para gestores e agentes culturais; a rede de comunicação estará fortalecida e diversas ações culturais estarão sendo desenvolvidas nas escolas.

Objetivos Estratégicos do Plano

Geral:

- Orientar os programas, projetos e ações de desenvolvimento rural sustentável no Território Velho Chico a partir dos eixos aglutinadores priorizados.

Específicos:

- Servir de instrumento de negociação e diálogo com as instituições promotoras do desenvolvimento territorial;
- Contribuir na integração das políticas públicas no território;
- Fomentar o debate sobre o desenvolvimento rural sustentável, contribuindo na identificação de novos eixos aglutinadores;
- Contribuir para o controle social das políticas públicas e empoderamento da sociedade civil.

PARTE II

Eixos Aglutinadores do Desenvolvimento Territorial

Os resultados aferidos nos diagnóstico participativo nos remetem a uma reflexão da importância de intensificação da articulação de políticas públicas estruturantes e da integração das políticas compensatórias, que viabilizem o desenvolvimento a partir dos municípios, sem perder de vista a conotação territorial, tendo por resultado o impacto sobre as comunidades, nas economias locais e na garantia do direito.

A integração das políticas tomando por base o plano de desenvolvimento territorial propiciará aos grupos e comunidades potencialização dos empreendimentos existentes. Os Programas: Luz para Todos, Água para Todos, Conquistando Horizontes, Recuperação de Estradas, além dos critérios estabelecidos precisam incluir em suas estratégias o fortalecimento dos empreendimentos, garantindo energia trifásica, água de qualidade e a recuperação das estradas vicinais com o objetivo de facilitar o acesso da população aos bens e serviços e para o escoamento da produção.

No Programa de Habitação de Interesse Social por intermédio do Programa de Produção de Unidades de Habitacionais em Zona Rural e Regularização Fundiária rural dentre os critérios já estabelecidos deva-se considerar o critério de distância do imóvel a sede dos municípios, pois se constata que as localidades distantes da sede são as mais vulneráveis, vivendo em situações subumanas, não tem acesso aos direitos básicos.

A integração das políticas ambientais e da política territorial nas três esferas de governo e, dentro da própria estrutura de governo é imprescindível para solucionar os problemas de licenciamento ambiental, degradação ambiental, recuperação e usos inadequados dos recursos hídricos e naturais.

O alinhamento dos planos de revitalização do São Francisco, das bacias hidrográficas dos seus afluentes e o plano de Desenvolvimento Territorial do Velho Chico, possibilitará avanço necessário ao desenvolvimento com sustentabilidade sócio ambiental.

É imprescindível a articulação das políticas públicas de acesso a terra, regularização fundiária, geração de renda, licenciamento ambiental, crédito, infra-estruturas produtivas e viárias. Essas políticas articuladas e integradas possibilitarão aos agricultores acessarem o PAA – Programa de Aquisição Alimentar de forma integrada com as principais cadeias produtivas definidas no território e o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, motivando os agricultores a produzir de forma profissional dentro de um planejamento, que agregue valor e possa ser diversificada em quantidade, qualidade e regularidade. Contribuindo também para a divulgação dos produtos dos grupos facilitando o acesso ao mercado local e regional.

As políticas de saúde, habitação por interesse social, saneamento, abastecimento de água, geração de renda, socialização e reintegração das populações em situação de risco social, possibilitarão a melhoria da qualidade de vida da população e diminuirão os custos com a saúde curativa. Vale salientar a importância da integração do saber popular, medicina alternativa e a tradicional, num respeito às diversidades.

Partindo desta reflexão, a definição dos eixos aglutinadores do desenvolvimento se consolidou depois de ampla discussão nas oficinas territoriais. É uma metodologia utilizada para direcionar o enfoque das ações para temas estratégicos e capazes de produzirem o Desenvolvimento Territorial Sustentável. Para cada eixo aglutinador foram definidas linhas de ação e a partir delas foram levantados os programas e projetos específicos de cada eixo.

1. Conservação e Uso Racional dos Recursos Ambientais
2. Cultura
3. Democratização do Acesso a Terra
4. Educação
5. Fortalecimento da Agricultura Familiar
6. Saúde

Conservação e uso Racional dos Recursos Ambientais

Não é possível falar em recursos ambientais no Território Velho Chico sem destacar o acesso a água. A Bacia do rio São Francisco possui uma área de 634.781 Km² (8% do território nacional), e uma população de mais de 13 milhões de habitantes, distribuídas em 503 municípios dos estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Goiás e Distrito Federal. Caracteriza-se por uma grande extensão territorial, por um significativo potencial hídrico e grande diversidade regional em termos populacionais, econômicos e culturais. Todos os municípios que compreendem o Território Velho Chico fazem parte da Bacia Hidrográfica do São Francisco, sendo que 5 dispõem de afluentes que banham o Rio e 11 são banhados diretamente pelo mesmo.

A riqueza em recursos hídricos do Território é marcada principalmente pela presença do Rio São Francisco, o que já demonstra a necessidade da existência de comitês preocupados na gestão desses recursos naturais. O Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco que foi criado pelo decreto presidencial de 05 de junho de 2001 é destinado a atuar justamente como parlamento das águas, fazendo parte do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos que é composto pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados, órgãos dos Poderes Público Federal, Estaduais e municipais que desenvolvem suas ações com base nos fundamentos da Lei supracitada, em especial de forma descentralizada e participativa, entre o poder público, os usuários e a sociedade civil, incluindo a população indígena, quilombolas e outras comunidades tradicionais.

Dentre as principais ameaças que os recursos hídricos vem sofrendo no Território lembradas nas oficinas de qualificação do Plano Territorial, destacam-se: o número crescente de carvoarias; a falta de água tratada para muitas comunidades ribeirinhas; a falta de saneamento básico; o desmatamento das matas ciliares; número crescente de queimadas; grande quantidade de olarias, etc.

Segundo dados oficiais, a vazão média do Rio São Francisco tem reduzido bastante, fruto da degradação ambiental causada pelo homem. Os pescadores que residem às margens do Rio são as principais vítimas da degradação.

Principais sintomas e causas da degradação do Rio São Francisco:

Sintomas:	Causas:
Diminuição da Vazão (Falta de Água)	<ul style="list-style-type: none"> • Desmatamento • Exploração dos mananciais.
Poluição da Água	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de saneamento básico • Agrotóxicos • Poluentes inorgânicos provenientes da extração e beneficiamento de minérios.
Erosão e Assoreamento	<ul style="list-style-type: none"> • Desmatamento • Supressão da mata ciliar ao longo do rio
Diminuição da quantidade de peixes.	<ul style="list-style-type: none"> • Poluição proveniente dos 3 fontes mencionados • Barragens hidroelétricas: interrompem o ciclo migratório de varias espécies de peixes e impedem a inundação das lagoas marginais, berçários da vida aquática do rio.

Diante da necessidade de promover uso múltiplo da água e a eficácia de manter preservado o grande patrimônio, os recurso hídricos, dar-se ênfase ao monitoramento ambiental, principalmente de sedimentos e macrofilas, ao tratar das seguintes questões:

- 1 - Sustentabilidade dos pontos de captação de água para consumo humano obedecendo a legislação vigente e programa ambiental de cada município;
- 2 - A Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacia Hidrográficas Peixe Vivo é a agência de cobranças das águas da Bacia do Rio São Francisco. No que se refere as Bacias dos Rios Estaduais, ainda esta em discussão a criação da agência.
- 3 - Apoio às atividades de pesca profissional (Pontos de Pesca), para atender a cerca de 100 mil pescadores artesanais, na linha traçada pelo Governo Federal: gerar proteína animal a partir da piscicultura em tanques-rede, como forma de integrar ao

Rio São Francisco os programas de transferência de renda e de erradicação da fome no território.

Diante das evidências dos impactos ambientais que limitam os usos múltiplos das águas, o CBHRS decidiu considerar também o ambiente fora de seus domínios, utilizando a bacia como unidade de planejamento, rompendo as delimitações geopolíticas na região de influência de sua calha.

1. Programa

Conservação e Gestão Integrada de Recursos do Bioma Caatinga e Transição Para Cerrado

Objetivo

Instituir o programa de apoio a preservação, conservação e uso sustentável da biodiversidade do bioma caatinga no Território da Cidadania Velho Chico, criando condições para o uso sustentável dos ecossistemas contribuindo para melhoria da qualidade de vida da população.

PROJETOS
<i>Plantando Árvores Cultivando a Vida</i>
<p>Apoiar a recuperação das nascentes dos afluentes da bacia do Rio São Francisco;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover crédito para investimentos às famílias que estão cultivando em áreas de APP para cercamentos das áreas de nascentes, margens de rios e riachos; <p>Implantação de viveiros municipais p/ produção de mudas de arvores nativas e frutíferas com fins de arborização das nascentes;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Replanteio com 50% de árvores frutíferas ao longo de 50 metros de raio das áreas das nascentes a fim de criar oportunidade de preservação e geração de renda para as famílias; <p>Gestão e Sustentabilidade dos pontos de captação de água para consumo humano, através de tratamento adequado conforme legislação e reaproveitamento dos resíduos sólidos.</p>

Implantação de Casa do Meio Ambiente

Implantação de uma unidade territorial da casa do meio ambiente, no Território da Cidadania Velho Chico localizada no Município de Ibotirama- BA, calha do Rio São Francisco.

2. Programa

Saneamento Ambiental e Qualidade De Vida

Objetivo

Promover a qualidade de vida da população territorial com saneamento básico nos municípios para eliminar as condições ambientais responsáveis pela ocorrência de doenças ou que oferecem riscos iminentes ao seu aparecimento.

PROJETOS

Construção de Aterros Sanitários

Construção de 04 aterros sanitários através dos consórcios públicos entre municípios regionalizados;

Consórcios entre os municípios - Zonal 01 (Ibotirama, Muquém do São Francisco e Barra); municípios do Zonal 02 (O. dos Brejinhos, Brotas de Macaúbas, Ipupiara e Morpará); municípios do Zonal 03 (Paratinga, B. Jesus da Lapa, Sítio do Mato, Serra do Ramalho, Riacho de Santana, Igaporã e Matina); municípios do Zonal 04 (Malhada, Carinhanha e Feira da Mata).

Fomento ao Cooperativismo Recicla

Fomentar a criação de 16 Sociedades Cooperativas de catadores de materiais recicláveis, sendo uma em cada município do Território Velho Chico, com formação de uma central rede Recicla Vida;

Oportunizar a geração de 320 postos de trabalho diretamente e 1280 indiretamente, com a ampliação da renda através da venda de materiais recicláveis.

Construção de local para sua destinação e separação por categoria;

<i>Construção de Galpões para reciclagem</i>
Implantação de 16 Galpões para o recebimento, separação e prensagem dos materiais recicláveis.
<i>Adubo Vivo</i>
Fomentar a utilização dos materiais orgânicos produzidos nas cidades para fabricação de compostagem, a fim de matéria orgânica dos solos, com o uso de Pá Carregadeira destinado a esse fim; Implantação de 16 composteiras nos território.
<i>Lençóis Produtivos</i>
Perfuração de poços tubulares e artesianos para atendimento às comunidades, que não possuem água de qualidade, minimizando os riscos de contaminação e impurezas das águas.
<i>Cisternas Água Viva</i>
Unificar o atendimento a 100% das residências rurais no território com cisternas de captação da água das chuvas para consumo humano, e utilização de cloro para manutenção da qualidade da água.
<i>Viva Bem com Água Boa</i>
Unificação de implantação dos Sistemas de Abastecimento, Tratamento e Distribuição de água totalizando 100% das comunidades pertinentes aos municípios do Território velho Chico; Construção de Banheiros Residenciais unificando o atendimento a 100% das residências rurais do Território Velho Chico.

3. Programa

Gestão e Monitoramento dos Recursos Naturais do Território Velho Chico

Objetivo

Criar condições para o monitoramento e gestão dos recursos hídricos reconhecendo sua importância para conservação e integridade dos ecossistemas aquáticos e os

parâmetros representados pelo papel estratégico das florestas, especialmente das unidades de conservação e demais áreas protegidas, no regime hídrico regional, sem degradação, geridas de forma participativa e com viabilidade econômica.

PROJETOS
<i>Ambiente Protegido</i>
<p>Criação do Plano de Ação de Monitoramento ambiental em parcerias com os órgãos ambientais municipais, estadual e federal com base na legislação vigente;</p> <p>Monitoramento de emissão de licenciamento ambiental dos municípios;</p> <p>Acompanhamento da emissão de relatório Anual de licenciamentos ambiental (R A L A) de empreendimentos fornecidos pelos municípios;</p> <p>Criação de uma Unidade territorial de policiamento florestal para orientação e fiscalização de ações geradora de impactos ambientais no território.</p>
<i>Assentamentos Sustentáveis</i>
<p>Implantação de Campos de Experimentação Tecnológica de para reutilização de bagaço de cana e outros para fabricação de Briquetes;</p> <p>Incentivo financeiro às famílias assentadas para Implantação de áreas coletivas de Bosques Energéticos, para fins de utilização de madeira em cercas, e como combustível;</p> <p>Implantação de 80 Barragens Subterrânea nas áreas de assentamentos, a fim de propiciar condições favoráveis para a produção de alimentos, com geração de oportunidade de trabalho e renda às famílias e integração nos programas de aquisição de alimentos.</p>

4. Programa

Educação Ambiental no Ambiente Participativo

Objetivo

Promover a sensibilização dos cidadãos nos Centros Educacionais, comunidades e igrejas visando à compreensão dos componentes e dos mecanismos que regem os

ecossistemas naturais, proporcionando a construção coletiva na preparação e manejo de processos de desenvolvimento, compatíveis com a preservação ambiental e melhoria da qualidade de vida dos indivíduos.

PROJETOS
<i>Ecossistema Vivo</i>
Promover o plano de capacitação para conselheiros municipais, com a realização de 32 seminários municipais de educação ambiental, para estudo das leis municipais e Estadual de recursos hídricos; Realização de 01 seminário territorial anual para retirada de diretrizes orçamentária para aplicação ambiental.
<i>Passarela do Futuro</i>
Capacitar através da parceria com o INGÁ, Universidades e outros Órgãos Estaduais professores, alunos, educadores sociais sobre temas transversais de educação ambiental; Inserir nos currículos escolares municipais temas como convivência com o semi-árido manejo florestal e gestão da biodiversidade; Potencializar as iniciativas de capacitações aos Agricultores Familiares em Agroecologia, Gerenciamento sustentável da propriedade e produção limpa.

Cultura

Os avanços obtidos nos últimos anos na área cultural no Território Velho Chico já foram citados nos Aspectos Culturais deste Plano, todavia ainda é possível observar a existência de outras questões relevantes sobre a gestão cultural dos municípios. Há uma movimentação por parte do Governo Federal para implementar o Sistema Nacional de Cultura e por parte do Governo Estadual da Bahia, o Sistema Estadual de Cultura. O desafio para os municípios do Velho Chico é consolidar seus Sistemas Municipais de Cultura a partir da efetiva implantação de seus componentes principais

(conselho, plano e fundo), além disso, qualificar os agentes da sociedade civil e do poder público, contribuindo assim para construção de políticas públicas capazes de gerar ações continuadas. É sabido que os 16 municípios que compõem o Território já assinaram o Protocolo de Intenções com a Secretaria de Cultura do Estado assumindo o compromisso de implantarem seus sistemas.

O planejamento da cultura em muitos municípios do Território precisa ser aperfeiçoado. Poucos são aqueles que estão elaborando seus planos municipais de cultura ou já elaboraram. Outrossim, é necessário considerar ações culturais visando uma concepção ampliada de cultura e não somente o apoio às linguagens artísticas. Para ir além, será necessário enxergar a arte com um olho e com o outro olho as comunidades tradicionais, grupos de cultura popular, manifestações populares, movimentos, instituições, os diferentes jeitos de viver e existir. Tudo isso urge por espaço nas políticas locais. Constatam-se algumas iniciativas locais de fomento as manifestações da cultura popular, todavia, sem nenhuma política de fomento específica.

Há casos no Território em que a sociedade civil tem participado da construção das políticas culturais, drenando forças coletivas para consolidar os Sistemas Municipais de Cultura, além disso, tem participado dos poucos momentos de formação na elaboração de projetos. Essa participação social é imprescindível para que as políticas públicas tenham sentido. Evidente que os gestores culturais têm um papel balizador em convencer a sociedade local a entender a política não no sentido negativo que se atribui costumeiramente à palavra, mas sim como meio para transformar uma realidade.

Poder público e sociedade civil precisam internalizar essas transformações positivas que as políticas culturais no Brasil vêm sofrendo, apesar dos gestores terem errado ao enxergarem a cultura como algo separado e/ou desconectado das outras áreas. Já existem propostas de ações que vão desde seminários de formação em políticas públicas culturais com artistas, instituições e grupos de cultura popular, até ações que articulem educação e cultura, envolvendo assim educadores/as e estudantes nos debates. Certamente as atitudes que conseguirem “*transversalizar*” a

cultura na prática, mesmo que timidamente, estarão contribuindo efetivamente para o desenvolvimento cultural dos municípios, um desenvolvimento com uma nova “ótica”.

1. Programa

Apoio a Produção Simbólica e Diversidade Cultural

Objetivo

Registrar, valorizar e preservar o patrimônio material / imaterial do Território Velho Chico, promovendo a inclusão cultural de grupos e comunidades.

PROJETOS
<i>Mapeamento Cultural do Território Velho Chico</i>
Elaboração de calendário das manifestações artístico-culturais do Território; Edição de vídeo-documentário com as manifestações artístico-culturais do Território; Elaboração de Livro (material pedagógico específico) pautado nas pesquisas desenvolvidas pelo Projeto; Realização de oficinas de sensibilização com educadores e educadoras que atuam nas comunidades beneficiadas pelo Projeto;
<i>Compartilhando patrimônios materiais e imateriais do Território Velho Chico</i>
Identificação de patrimônio material e imaterial do Território; Sensibilização dos municípios para registro e tombamento de seus principais bens culturais;
<i>Cultura em Cores e Gêneros</i>
Realização de oficinas territoriais envolvendo jovens, mulheres e GLBT's; Realização de eventos de intercâmbios entre grupos de jovens, mulheres e GLBT's; Promoção de mostras culturais.

<i>Pontos de Cultura</i>
<p>Edital específico para comunidades tradicionais;</p> <p>Implantação de 11 novos pontos de cultura nos próximos 5 anos, para garantir pelo menos 1 ponto de cultura por município do Território;</p> <p>Manutenção dos 07 pontos de cultura já existentes para os próximos 05 anos.</p>
<i>Ação Griô</i>
<p>Identificar os mestres griôs de tradição oral em todos os municípios do Território, em especial das comunidades tradicionais;</p> <p>Implantação da pedagogia griô em 16 escolas nos próximos 05 anos;</p> <p>Beneficiamento de 96 mestres griôs com bolsas de apoio financeiro;</p>

2. Programa

Cultura e Educação

Objetivo

Promover ações entre cultura e educação, reconhecendo as escolas do Território como espaços de práticas de vivência e articulações comunitárias para aprendizagem e oferecimento de diversas atividades artístico-culturais.

PROJETOS
<i>Educação patrimonial – diálogos entre educação e cultura na escola.</i>
Envolvimento de 01 escola de cada município do Território no desenvolvimento de oficinas/atividades de educação patrimonial.
<i>Ponto de Leitura</i>
Implantação de 25 novos pontos de leitura nos próximos 05 anos.

3. Programa

Apoio a Divulgação e Fortalecimento da Economia Criativa

Objetivo

Divulgar e dinamizar as expressões artístico-culturais do Território Velho Chico, fortalecendo as cadeias produtivas das artes e desenvolvendo mecanismos de fomento às diversas linguagens artísticas.

PROJETOS
<i>Vozes do Velho Chico</i>
Realização de oficina territorial para discutir a criação da rádio comunitária e o site do Território; Reuniões e audiências com autoridades e lideranças políticas para viabilizar a implantação da Rádio e do site;
<i>Projeto de Formação em Linguagens Artísticas</i>
Promoção de 36 oficinas de formação, sendo 12 em música e literatura; 12 em artes visuais e 12 em artes cênicas (uma em cada modalidade por município)
<i>Apoio aos centros estratégicos de comercialização de arte e artesanato</i>
Apoio a 03 centros estratégicos de comercialização de arte e artesanato, atendendo as “zonais” que compreendem o Território.
<i>Semana de Arte e Cultura Itinerante do Território</i>
Realização de 01 evento cultural territorial itinerante por ano envolvendo as diversas linguagens artísticas.
<i>Apoio aos eventos territoriais que fortalecem a economia criativa</i>
Apoio a Feira da Agricultura Familiar do Território, Festival de Música e Poesia de Ibotirama, Festival Velho Chico Beat e Feira de Arte e Cultura do Território Velho Chico.
<i>Cine Mais Cultura</i>
Implementação 25 cines mais cultura nos próximos 05 anos

Circulação de Espetáculos Musicais

Edital territorial anual para circulação de espetáculos musicais de artistas do Território Velho Chico.

4. Programa

Gestão e Institucionalidade da Cultura

Objetivo

Implementar os sistemas municipais de cultura, bem como atividades que promovam e institucionalização de grupos artísticos e formação de agentes e gestores culturais do Território Velho Chico.

PROJETOS
<i>Criação dos sistemas municipais de cultura</i>
Realização de 16 oficinas de sensibilização nos municípios do Território;
<i>Institucionalização de Grupos Artísticos e Gestão Cultural</i>
Realização de 16 (dezessete) oficinas de elaboração de projetos sociais/institucionalização de grupos artísticos; Atendimento a 510 pessoas no Território;
<i>Curso para Formação de Agentes/Gestores Culturais do Território</i>
Atendimento a 40 pessoas (curso com 100 horas/aula)

Democratização do Acesso a Terra

O acesso à terra, por desapropriação, regularização fundiária, cessão de real de uso, ou compra pelo crédito fundiária e sua (re) estruturação é fator fundamental para o desenvolvimento territorial, proporcionando a garantia das famílias a terra, na produção de alimentos e na geração de emprego, bem como o pagamento da dívida social.

Constata-se que nos últimos anos a desapropriação dos imóveis no Território Velho Chico pelo INCRA, as demarcações das áreas quilombolas, a cessão real de uso

das terras da União (SPU), e a regularização fundiária rural e urbana não tem atendido a necessidade demandada pelos movimentos sociais, sendo imprescindível a agilização dos processos de desapropriação e a implantação dos Projetos de Assentamentos como ferramenta de inclusão social e de segurança social. Garantindo aos trabalhadores e trabalhadoras acessarem o PAA, o PNAE, a Política de crédito, Política de Educação (PRONERA).

Os órgãos responsáveis pela execução dos planos de reforma agrária, regularização fundiária e os movimentos sociais precisam provocar um amplo debate sobre a política agrária e agrícola, a reestruturação dos órgãos, locação orçamentária e logística, bem como reconhecimento e valorização de todos os movimentos de forma igualitária e equitativa.

1. Programa

Terra e Cidadania.

Objetivo

Criar condições para o debate eficiente dos movimentos sociais no acesso a terra, com responsabilidade social ambiental garantindo de forma verticalizada a produção com sustentabilidade e diminuição do êxodo rural, possibilitando condições favoráveis para as negociações entre movimentos, governos e proprietários com a soma de resultados favorável aos agricultores.

PROJETOS
<i>Acesso a Terra</i>
<u>Reforma Agrária: INCRA</u> Vistorias dos imóveis ocupados a mais de 2 anos pelos movimentos de luta pela terra; Criação dos PA's nos imóveis já desapropriados Recuperação do PA's com mais de 10 anos. <u>Regularização Fundiária Rural-Terras do Estado e da União- CDA/GRPU</u> Implantação do sistema de agenda territorial do CDA para titularização das terras

dos agricultores.

Proceder à arrecadação e discriminação das terras devolutas do estado e da União -
Cadastro das terras no Estado

Promover novas demarcações nas áreas de acampamentos;

Proceder ao levantamento da situação fundiária na zona rural e nas ilhas e, dá
encaminhamento a regularização sem ônus para o agricultor.

Titular, promover a cessão real de uso quando se tratar das terras da União, margens
e ilhas.

Acompanhar e agilizar os processos de retiradas das áreas de reservas extrativistas;

Criar condições para averbações da área de reserva legal das áreas de assentamento,
bem como de outras propriedades.

Regularização Fundiária do solo Urbano.SEDUR/CDA/GRPU

Levantamento da situação fundiária dos municípios.

Proceder ao processo de regularização.

Implantar o programa de habitação por interesse social.

Quilombos. GRPU/INCRA/Fundação Palmares.

Agilizar os processos de reconhecimento, demarcação e titulação das áreas;

Criação dos PA's –Quilombolas - Garantir às infra-estruturas e créditos concedidos a
reforma agrária.

2. Programa

ATER/ATES

Objetivo

Melhorar os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER e ATES: com
caráter continuado, no meio rural, promovendo processos de gestão, produção,
beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não
agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais, com
melhor qualificação da equipe técnica.

PROJETOS
<i>ATES/ ATER</i>
Realização de Concurso Público para atendimento aos profissionais que já estão em atividades no REDA e novos profissionais que desejem fazer parte do quadro; Unificação do Sistema de ATER a nível estadual e ou nacional possibilitando o atendimento aos agricultores familiares de forma contínua e qualificada; Implementação financeira do Estado nas áreas de pesquisa da piscicultura, mandiocultura, através da EMBRAPA no Território Velho Chico com a finalidade de estudar e criar condições de adaptação de novas tecnologias.

3. Programa

Produzindo com Empregabilidade e Cidadania Sustentável

Objetivo

Criar condições favoráveis para boa relação entre os espaços de produção e acesso a terra, com valorização do campo e divisão de poder e a descentralização da riqueza, criando oportunidade para novos modelos de produção, com geração de renda para as famílias assentadas, agricultores familiares, jovens, mulheres e organizações do setor primário.

PROJETOS
<i>Infra-Estrutura Produtiva</i>
Estruturar todas as estradas que dão acesso aos empreendimentos de Economia Solidária dos Municípios do Território Velho Chico- Parceria: Estado e Municípios; Construir barragem subterrâneas nos assentamentos para garantir o umedecimento das áreas de baixadas, criando condições para a produção. Garantia da política de crédito Pronaf-Mulher, Jovem. O Pronaf mulher independente. Unificar em 100% o atendimento com energia elétrica as comunidades e

assentamentos do território.

Nas áreas dos empreendimentos realizar a instalação de transformadores para energia trifásica, para melhor funcionamento dos equipamentos evitando o comprometimento da carga de energia aos outros moradores da comunidade;

Implantação de Unidade de Fecundária no território para atendimento as demandas dos assentados e dos agricultores familiares;

Implantação de Campos de Demonstração Tecnológica de mandiocultura com unidade de multiplicação rápida irrigada;

Implantação de Unidade de pesquisa e reprodução de espécies nativas de peixes do Rio São Francisco com programa de distribuição para a comunidade ribeirinha;

Implantação de uma Unidade para pesquisa e beneficiamento de sementes no território.

Implantação de Uma Unidade territorial de Beneficiamento de Leite e Derivados com capacidade logística de atendimento aos programas PAA e PNAE nos municípios.

Educação

A situação educacional do Território vem apresentando uma melhora significativa nos últimos anos, refletida na redução da taxa de analfabetismo, no aumento do número de matrículas e no crescimento da taxa de escolaridade média da população. No entanto, o quadro ainda é insatisfatório, tanto do ponto de vista qualitativo quanto quantitativo.

As políticas governamentais para educação *do* e *no* campo ainda são tímidas; não se tem uma educação cuja concepção prime pela valorização dos aspectos sócio-culturais do campo, particularizando seus aspectos pedagógicos e metodológicos e / ou seus recursos materiais (por ex., os livros didáticos são inadequados à realidade do campo). Além disso, os professores da área rural não recebem satisfatoriamente formação adequada para a realidade em que atuam o que provoca desânimo, insatisfação e desmotivação.

Na busca de solução dos problemas supracitados, o Território vem desenvolvendo, desde o segundo semestre de 2009, o Projeto para Formação Continuada de Educadores do Campo do qual já foram realizadas 53 atividades, distribuídas entre reuniões de mobilização e de acompanhamento pedagógico e oficinas para construção da proposta de projeto político pedagógico do Território e de um kit de material didático específico para o campo, contando com a participação de aproximadamente 706 pessoas de todos os municípios do território. A utilização da metodologia de trabalho em pequenos grupos e debate em plenária permitiu a realização de um diagnóstico da realidade socioeconômica, política, ambiental, cultural e educacional dos municípios e a construção coletiva de materiais didático-pedagógicos.

Com este diagnóstico, constatou-se que ainda há muitos problemas na educação desenvolvida no campo, tais como a rotatividade de professores; calendário escolar em desacordo com o calendário agrícola; falta de infra-estrutura básica nas escolas; alimentação escolar de má qualidade; descumprimento das Diretrizes Operacionais para a educação básica nas escolas do campo; falta de transporte escolar e utilização de veículos inadequados; entre outros.

Em contrapartida, foram percebidos alguns avanços ocorridos durante a execução do projeto, destacando-se o envolvimento das comunidades no fornecimento de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar, em consonância com o PNAE; a parceria firmada entre poder público e sociedade civil; a sensibilização para a melhoria da relação entre educadores/as e comunidades em busca de um maior comprometimento dos educadores/as como profissionais; a elaboração da proposta de material didático para as escolas do campo; a construção da proposta de projeto político pedagógico do Território Velho Chico, que dará as diretrizes da educação do campo no território.

O Território possui também em Riacho de Santana um complexo educacional de EFA's pautado na pedagogia da alternância, com cursos técnicos em agropecuária e em meio ambiente. A coordenação da rede de EFA's é feita pela AECOFABA. O sistema foi implantado como uma alternativa de educação apropriada às necessidades sociais,

culturais e econômicas da população para conter o êxodo e desenvolver o campo, superando as condições de pobreza, abandono e exclusão, através de uma formação conscientizadora dos alunos, suas famílias e comunidades. Nessa perspectiva é importante registrar a Fundação da Escola Família Agrícola Regional de Brotas de Macaúbas, EFAR, em fevereiro de 2010, como um dos avanços marcantes da Educação do Campo no Território Velho.

Quanto ao Ensino Superior, o Território consta apenas um Campus Universitário (UNEB / Campus XVII), sediado em Bom Jesus da Lapa, ofertando o curso de Pedagogia desde sua implantação em 1977, sendo que desde 2005 oferece também o curso de Administração. Em alguns municípios a UNEB já ofereceu o curso de Pedagogia para professores que atuam no Ensino Fundamental nas séries iniciais da Rede Pública Municipal, em parceria com as prefeituras dos respectivos municípios – programa Rede UNEB 2000. No quesito Educação do Campo, o Departamento acolheu o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), tendo proporcionado a escolarização de 1º e 2º graus e atualmente o curso de 3º grau Licenciatura Plena em Pedagogia da Terra. Este curso nasceu a partir das legítimas reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras assentadas, objetivando formar educadores do campo para atuar na docência e na gestão, qualificando o trabalho educativo nos assentamentos e acampamentos. O público atendido pelo PRONERA são alunos oriundos de assentamentos, além de educadores que já vêm atuando no ensino médio e ensino fundamental, integrantes dos diversos movimentos de luta pela terra da Bahia, tais como: CETA, FETAG, FATRES, MST e MLT que em comum acordo dividiram as vagas.

Constam também, em quase todos os municípios, núcleos das universidades virtuais UNOPAR e FTC. Os cursos à distância são particulares e atende em diversas áreas, tais como: Pedagogia, Ciências Contábeis, História, Geografia, Matemática e Serviços Sociais. Porém o acesso fica restrito as pessoas que dispõem de recursos financeiros para custear.

Em relação à educação profissional, o Território possui duas instituições: o Centro Territorial de Educação Profissional do Velho Chico (CETEP - Velho Chico),

localizado em Ibotirama-BA, e o Centro Estadual de Educação Profissional das Águas (CEEP-Águas), no município da Barra-BA, como o único para atender toda demanda do interior da Bahia. O CETEP - Velho Chico, em funcionamento desde o ano de 2009, atualmente oferece os cursos técnicos de eletromecânica, enfermagem e vendas, na modalidade subsequente, os cursos de agroindústria e agricultura, na modalidade de ensino médio integrado, e uma turma de PROEJA-Agricultura, atendendo a um total de 617 estudantes, em sua maioria do município de Ibotirama. Está em andamento a reforma do prédio, a montagem de laboratórios, a criação de frango caipira e um viveiro com mudas de plantas nativas. Ademais, está previsto o oferecimento dos cursos técnicos de Pesca, Agropecuária, Radiologia, Informática e Edificações. Este Centro tem enfrentado algumas dificuldades referentes à falta de professores e a forma de contratação destes, a falta de alojamento para estudantes de outros municípios, bem como a falta de terreno para as aulas práticas, veículos para as viagens de estudo e uma biblioteca técnica para pesquisas específicas dos cursos. Por outro lado, avanços significativos podem ser notados como o acolhimento da comunidade ao Centro, o maior comprometimento dos estudantes dos cursos de educação profissional em relação aos de ensino médio e o surgimento de vagas no mercado de trabalho para esses educandos.

O CEEP-Águas atende a estudantes, em sua maioria do município da Barra-BA, nos cursos técnicos de Pesca, Meio Ambiente, Agroindústria e Agricultura, todos na modalidade subsequente. A infra-estrutura atual conta com alojamento, laboratórios equipados, veículos e transporte escolar. Em andamento está a reforma para ampliação e adequação do espaço, descentralização de recursos, tornando o CEEP a unidade gestora, e a ampliação dos cursos oferecidos, os quais ainda estão sendo definidos pelo Território. A maior dificuldade encontrada pelo Centro é a falta de professores e a forma de contratação desses.

É necessário haver uma maior divulgação desses centros de educação profissional, a fim de que se amplie o atendimento de educandos provindos de outros municípios do Território e, no caso do CEEP-Águas de estudantes oriundos de toda a Bahia.

1. Programa

Educação do Campo

Objetivo

Estruturar a educação do campo no território, garantindo o direito dos povos camponeses a uma educação de qualidade que respeite seu modo de viver, pensar e produzir, atendendo às especificidades e necessidades do campo.

PROJETOS
<i>Implementação do Projeto Político Pedagógico do Território</i>
Articulação institucional com Poder Público municipal e estadual, universidades e movimentos sociais;
Formação continuada com 1360 educadores/as do campo;
Divulgação e implementação do material didático produzido no Território;
Criação de um núcleo de educação do campo em cada município do Território.
<i>Estruturação do Projovem Campo - Saberes da Terra</i>
Realizar uma (01) reunião, em cada município, de negociação com os gestores municipais;
Realizar uma (01) reunião, em cada município, com a Secretaria de Educação para discussão acerca do programa e planejamento de seu funcionamento;
Formação de vinte (20) turmas por ano.
<i>Fortalecer e ampliar o PRONERA</i>
Vinculação das turmas de cursos técnicos do PRONERA ao CETEP-Velho Chico;
Ampliação dos cursos do PRONERA ao crédito fundiário e às comunidades tradicionais, formando turmas com o público do e no território;
Formação de uma (01) turma, com 40 alunos, por ano no curso técnico de Agropecuária Sustentável;
Formação de uma (01) turma, com 40 alunos, por ano no curso técnico de Enfermagem;

Formação de uma (01) turma, com 40 alunos, por ano no curso superior de Pedagogia da Terra; Criação de vinte (20) creches por ano para áreas de reforma agrária.
<i>Construção de unidades de ensino para o campo</i>
Construir vinte (20) escolas no campo por ano.
<i>Fortalecimento e ampliação das Escolas Famílias Agrícolas (EFA)</i>
Reforma e ampliação das duas EFAs do município de Riacho de Santana; Construção e estruturação da Escola Família Agrícola do município de Brotas de Macaúbas.

2. Programa

Educação Profissional

Objetivo

Estruturar e ampliar a educação profissional, qualificando jovens e adultos para o desenvolvimento profissional, em busca de alternativas sustentáveis e inserção no mercado de trabalho.

PROJETOS
<i>Divulgação e articulação institucional para fortalecimento do CETEP-Velho Chico e do CEEP- Águas</i>
Realização de dezessete (17) reuniões municipais com gestores e secretarias municipais de educação e uma (01) reunião territorial com esses representantes e o conselho do CETEP e do CEEP para divulgação e preenchimento de vagas nos cursos técnicos por estudantes de todos os municípios do território e, também, negociação com os gestores municipais a fim de cada município se responsabilize pelo alojamento de seus estudantes.
<i>Estruturação e ampliação dos cursos técnicos do CETEP- Velho Chico</i>
Aquisição de material bibliográfico específico dos cursos técnicos oferecidos pelo

<p>CETEP;</p> <p>Ampliação do acervo bibliográfico existente nas várias áreas do conhecimento;</p> <p>Inclusão de cursos técnicos nas áreas de zootecnia, meio ambiente, turismo e comunicação.</p>
<i>Ampliação do quadro de professores do CETEP-Velho Chico e do CEEP-Águas</i>
<p>Negociação com o Estado para a realização de concurso público para o provimento de vagas nos cursos técnicos, de acordo com as especificidades e necessidades de cada centro.</p>
<i>Qualificação de profissionais e sua inserção no mercado de trabalho</i>
<p>Realização dos seguintes cursos profissionalizantes para suprir a demanda do mercado de trabalho: panificação e confeitaria, pedreiro, eletricitista, encanação, autoCAD, artesanato e cultura, apicultura, corte e costura e economia doméstica.</p>
<i>Ampliação da infra-estrutura física do CETEP-Velho Chico</i>
<p>Aquisição de um terreno para o campo experimental da escola;</p> <p>Aquisição de sistema simples de irrigação, sistema de abastecimento de água, placa de energia solar,</p>
<i>Programa Caminhos da escola</i>
<p>Aquisição de um (01) micro-ônibus para as viagens de estudo</p>

3. Programa

Educação Superior

Objetivo

Ampliar o acesso à educação superior pública, proporcionando a socialização do conhecimento científico e aprimorando a capacidade de atuação nas diversas áreas do conhecimento e circunstâncias da vida profissional, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e coletivo.

PROJETOS
<i>Fortalecimento da UNEB</i>
Reestruturação e ampliação de cursos, de acordo com o perfil e demanda territorial; Implantação dos cursos: Gestão Ambiental, Engenharia Florestal, Engenharia Agrônômica;
<i>Universidade para todos</i>
Implantação de um campus da UFBA ou da UNIVASF no Território

Fortalecimento da Agricultura Familiar

O fortalecimento da Agricultura Familiar no “Território da Cidadania” Velho Chico está relacionado com multifuncionalidade da mesma, que além de produzir alimentos e matérias-primas, gera mais de 80% da ocupação no setor rural e favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificações de cultivos e a busca pela preservação do patrimônio genético.

No âmbito das políticas públicas, a ação da agricultura familiar tem gerado impactos na qualidade da produção de alimentos, na gestão das unidades familiar e comercialização dos produtos, através programas PAA, PNAE e a compra antecipada CONAB, apoiados pelos governos estadual e federal.

As Cadeias Produtivas da ovinocaprinocultura, aquicultura, apicultura e mandiocultura, e outros como artesanatos, bovinocultura e a fruticultura do Território são apoiadas por um ***Arranjo Institucional, rede de entidades***, importante para o processo organizacional, geração de postos de trabalhos e renda com agregação de valor social aos produtos, envolvendo instituições da sociedade civil, públicas e privadas.

Com o desenvolvimento das atividades territoriais as cadeias se tornaram em setores extremamente estratégicos do ponto de vista, da produção de alimentos para o combate a pobreza e inclusão social, com sustentabilidade ambiental, econômico e social para a população do território.

Apicultura



A apicultura foi definida pelo Colegiado do Território Velho Chico e escolhida pelos diversos parceiros que o compõe como uma das principais cadeias produtiva por ser ecologicamente correta, socialmente justa e, na região encontrar condições climáticas favoráveis, oferta de floradas, boa pastagem

apícola e um número elevado de apicultores distribuídos em todos os municípios do território.

Com base nas ações, atividades, capacitações realizadas, e no desenvolvimento da apicultura nos municípios do território, os quais detêm um grande número de apicultores desenvolvendo a atividade e outros a iniciar. Diante deste potencial, sendo umas das atividades que mais se sobressai por estar numa região semi-árida. Investiu-se em Unidades de beneficiamento da produção, entreposto hoje administrado pela Cooperativa dos Apicultores do Médio São Francisco- COOPAMESF. A fim de potencializar a atividade com a possibilidade de torná-la como uma das principais fontes de renda para os apicultores agricultores familiares e suas famílias.

Plano de Ação para apicultura no Território Velho Chico. Em janeiro de 2010, a SUAF (Superintendência de Agricultura familiar) da SEAGRI (Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária) do Governo do Estado da Bahia, apresentou às principais dificuldades encontradas, relativas à apicultura no território, através de um diagnóstico com a participação do SEBRAE, que trata da situação atual da apicultura em todo Território da Cidadania Velho Chico.

Com intuito de resolver os entraves na atividade cria-se o plano de ação para 2010, também a Câmara Setorial da Apicultura com a participação dos apicultores

representantes de entidades imbuídas nos Arranjos Produtivos Locais- (APLs) e a contribuição dos parceiros a fim de potencializar a geração de trabalho e renda para os apicultores envolvidos, e os a integrar à atividade.

Constata-se o envolvimento de 400 apicultores, agricultores familiares em todo território com atividade apícola, e a meta é de se chegar a 500 até o final de 2011. Para alcançar a meta prevista algumas ações vêm sendo implementadas e outras devem seguir o meso alvo: como capacitação, política de crédito a juros baixos, política de garantias de preços mínimos para o kg do mel produzido. Com o Plano de Ação 2010, algumas atividades já vêm sendo desenvolvidas como planejamento setorial em todos os 17 municípios do território de fortalecimento da cadeia apícola, construção participativa dos planos municipais de apicultura, e envolvimento dos parceiros coordenado pela Câmara Técnica Territorial de Apicultura.

Destacam-se os avanços no potencial produtivo, qualificação da produção, e outros subprodutos da atividade apícola como: cera, própoles, e adaptação de novas tecnologias de manejo produtivo utilizando-se da seleção de enxames e manejo de produção de rainhas, além da padronização de embalagens, SIF, Selo da AF e o comercio em rede, exportação para países da Europa.

Apicultura em rede. (A Rede Sabor Natural do Serão), vem fortalecendo de forma integrada a participação dos apicultores no cenário de negócios e de produção juta. Onde a COOPAMESF, se insere como fomentadora deste processo no território e carrega consigo várias outras associações de empreendedores cujo estão produzindo e já se ingressaram na rede. Destaca-se ao longo de 2010 a criação da ARAPIS- Associação dos Apicultores de Riacho de Santana/BA, com unidade de beneficiamento estruturada nos padrões de exigência do MA Ministério da Agricultura para recebimento do SIE.

No Território constata-se pelos levantamentos realizados a existência de 16 unidades de beneficiamento de mel sem SIF, dinheiro público investido que pela vontade dos apicultores e suas famílias necessitam serem reestruturadas para propiciar o avanço e as melhorias para o beneficiamento do mel e de tantos outros

produtos que no período da entre safra do mel podem ser processados no empreendimento associativo tais como doces, sulcos, dentre outros.

1. Programa:

Produzindo com sustentabilidade ambiental

Objetivo

Fortalecer a cadeia produtiva da apicultura no Território Velho Chico por meio da produção sustentável criando o hábito de consumo da população ao mel e os subprodutos da atividade apícola.

PROJETOS
<i>Estruturação da Apicultura</i>
Fomentar a política de incentivo financeiro para ampliação de investimento aos novos apicultores que estão iniciando a atividade apícola, e para os que já estão desenvolvendo a apicultura nos municípios do território.
Adequação de 16 Unidades de Beneficiamento de Mel no território com a vigilância da ADAB, a fim de atestar o funcionamento das mesmas.
Incentivar os apicultores a implantar áreas de bastagem apícola;
<i>Abelhas sem Ferrão</i>
Resgatar a criação e manejo das abelhas sem ferrão;
<i>Agregação de Valor a Produção da Agricultura Familiar e</i>
Fomentar a certificação orgânica da produção de mel, fortalecendo a Rede de Economia Solidária (Sabor Natural do Sertão)
<i>Formação e Qualificação dos apicultores</i>
Qualificar os apicultores nos manejos produtivos, colheita e beneficiamento da produção apícola.
Fortalecimento da gestão da COOPAMESF, com ampliação do número de apicultores na atividade.
Proporcionar o estudo de floradas territorial e regionais, a fim de possibilitar ampliação da produção apícola

Armazenamento da Produção e Acesso ao Mercado

Ampliação dos programas da CONAB, modalidade PAA estoque e doação simultânea, para a cobertura de 100% do Território Velho Chico;

Implantação de 02 Centrais de comercialização dos produtos da Agricultura Familiar, sendo 01 na BR 242, nas imediações de Ibotirama, 01 na BR 131 na chegada de Bom Jesus da Lapa

Buscar, através do Estado, estabelecer política de garantia de preços mínimos para o mel e os subprodutos;

Garantia de compra de pelo menos 30% dos produtos da agricultura familiar para os eventos realizados pelos órgãos estaduais e federais.

Estruturação e fortalecimento de 05 feiras regionais para divulgação e comercialização dos produtos da Agricultura Familiar;

Programas de Acesso a Crédito e ATER

Qualificação de profissionais e empresas para o acesso a editais de ATER;

Fortalecimento das entidades de Assistência Técnica e articulação para a celebração de convênios com o Estado e Governo Federal;

Possibilitar aos agricultores e entidades acessar as modalidades de PRONAF: *(Mais Alimento, Mulher, Floresta, Agroindústria, Jovem)*.

Artesanato



Para que se chegar ao chamado desenvolvimento sustentável é necessário uma visão holística de todos os atores sociais envolvidos no processo, e, dentro dessa visão levam-se em consideração as necessidades de gênero, raça, etnia e de geração, respeitando as diversidades e

especificidades, incorporando homens e mulheres que compõem o contexto das comunidades tradicionais, agricultores familiar, assentamentos, indígenas, ribeirinhos, pescadores e população urbana, respeitando seus saberes, seus trabalhos e seus afazeres.

As mulheres são protagonistas da produção agrícola e não agrícola. Em se tratando da agricultora familiar ela é responsável pela criação de pequenos animais, hortas, beneficiamento de frutas, leite, de artesanatos e são guardiãs da herança cultural de seus agrupamentos sociais e de origens.

O reconhecimento da agricultora como agente produtivo e reprodutivo dos saberes é fundamental para o combate a exclusão e discriminação de gênero, etnia e de combate a fome no campo e na cidade. Embora as mulheres tenham conquistado grandes avanços nos direitos civis, sociais e políticos, há muitos desafios a serem superados, principalmente quando se trata das mulheres afro-descendentes, do campo e das periferias das cidades. O acesso a educação, a saúde da mulher, aos créditos de produção, a posse da terra e dos imóveis é muito difícil. E se não bastasse são vítimas de violência domésticas e social.

É na busca por superação desses desafios que o Plano de Desenvolvimento Territorial visa também priorizar programas e ações que possibilite empoderamento das mulheres e a valorização do trabalho produtivo.

Cadeia Produtiva do artesanato é entendida pelo território como um instrumento de geração de renda e preservação do patrimônio cultural.

A grande diversidade de povos, que constitui a população do território é um patrimônio ainda inexplorável, mas de mil possibilidades de transformar matérias primas em artesanato extremamente variável, com inspiração indígena, barro, palha e fibras; Portugueses bordados, renda, talhas; Italianos, esculturas em pedra, gesso, do africano a arte do fuxico, palhas e fibras, ainda dos europeus e americanos a tradição das bonecas de pano.

No território encontra-se artistas individuais e grupos que desenvolvem o artesanato em palha e fibra de bananeira (Serra do Ramalho), palha de milho (Muquém do São Francisco), Barro e couro (Barra, Muquém do São Francisco, Serra do Ramalho), artesanato em tecido, (Morpará, Ibotirama, Oliveira dos Brejinhos) arte em madeira (Ibotirama, Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Bijuterias indígenas (Muquém, Ibotirama e Serra do Ramalho) artesanato em pedras semipreciosa (Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos).

1. Programa

Artesanato em foco

Objetivos

Fortalecer a prática do artesanato no território como instrumento de inclusão social

PROJETOS
<i>Tecendo Sonhos</i>
Estruturação de 07 unidades de apoio a produção de artesanato Palha de milho, banana Crochê, Couro e bijuteria de escamas da tilápia, Bijuteria indígena- Centro comercial do Território.

Implantação de uma Unidade de Beneficiamento de Artesanato no PA – Santana Muquém do São Francisco
<i>Vendendo Arte</i>
Feira anual de Artesanato no Território Velho Chico.
<i>Trocando Idéias</i>
Curso de aperfeiçoamento das técnicas de confecção, acabamento e designe Curso de Marketing Curso de gestão. Plano de negócios.

Bovinocultura de Leite



Vários municípios localizados no Território velho Chico têm na agropecuária seu principal sustento econômico. A pecuária de leite faz parte de um contexto que auxilia o no padrão social e contribui para a fixação do homem e da mulher no campo, ou seja, permite que o agricultor familiar tenha condições de sobreviver com geração de renda e novas oportunidades de desenvolvimento de suas propriedades.

A bovinocultura de leite é entendida pelo Colegiado Territorial como uma das cadeias que detém grande potencial para o desenvolvimento econômico do território.

Em análise precedida pelo CODETER foi constatado que há no território uma expansão da atividade nos últimos anos algo que já vem se tornando destaque em produtividade e também pelo emprego de novas técnicas de armazenamento de forragens no manejo alimentar dos animais, bem como a eficiência do manejo sanitário e a melhoria da qualidade genética dos rebanhos.

Com esse avanço percebe-se a importância da revitalização das bacias leiteiras que pode ser destacada em dois regionais: Bom Jesus da Lapa Serra do Ramalho e outro Ibotirama, Muquém do São Francisco e Barra. Ambos têm grande concentração da bovinocultura regional. Outro fator importante é a utilização do leite e seus subprodutos na alimentação escolar, pelas escolas e outras entidades afins. Através das compras institucionais pelos programas de aquisição de alimento PAA e PNAE.

1. Programa

Saúde e vida

Objetivo

Fortalecer a melhoria do consumo do leite e de seus subprodutos a fim de melhorar a vida de jovens mulheres e homens, do Território Velho Chico proporcionando segurança alimentar e qualidade de vida.

PROJETOS
<i>Apoio ao Desenvolvimento da Bovinocultura</i>
Construção do Plano Territorial da Cadeia produtiva. Estruturação de unidades de recepção de tanques de resfriamentos;
<i>Infra-estrutura de produção e agregação de Valor</i>
Implantação de 02 laticínios em dois Zonais do Território Velho Chico, <u>01 no Zonal Serra do Ramalho, 01 no Zonal de Ibotirama</u> , com adequações para o SIF;
<i>Formação e Qualificação dos Agricultores Familiares</i>
Fortalecimento e qualificação para a gestão dos empreendimentos cooperativos no território COOPLEITE Serra do Ramalho e Cooperativa de Paratinga.

Comercialização

Fortalecimento das entidades para acesso ao mercado institucional (EBAL, PAA Leite, PNAE)

Caprinocultura



No Território Velho Chico, segundo dado do senso agropecuário do IBGE (ano 2008), existe um rebanho estimado num total de 156.654 cabeças, com maior incidência na região das Comunidades de Fundos de Pastos, que compreende os municípios de Oliveira dos Brejinhos/BA e Brotas de

Macaúbas/BA (área geográfica de 5.930,2 Km²). Onde o sistema de criação esta pautado no uso comum da terra e na solta dos animais, expressando um modo de vida peculiar de convivência com o semi-árido.

O potencial produtivo da caprinoovinocultura no Território está muito acima da média no Estado, levando o Colegiado do Território a aprová-la como cadeia produtiva prioritária a ser trabalhada.

Plano de Produção de cadeia propõe qualificar a produção, agregar valores aos produtos, para que tenha acesso ao mercado, buscando a eficiência e eficácia nos aspectos produtivos e gerencial.

1. Programa

Sertão Sustentável

Objetivo

Apoiar os processos de organização, gestão da produção e comercialização da cadeia da Caprinoovinocultura no Território Velho Chico, com ampliação da oferta de

produtos ao mercado regional e melhoria da qualidade de vida dos agricultores e agricultoras

PROJETOS
<i>Caprinoovinocultura em foco</i>
Melhoramento genético das raças de caprinos e ovinos.
<i>Agregação de Valor à Produção da Caprinoovinocultura</i>
<p>Implantação de uma 01 unidade de cortume e beneficiamento de pele;</p> <p>Capacitar os Agricultores Familiares, para adaptação de novas tecnologias de produção, organização e gestão dos empreendimentos, nos sistema agroecológico;</p> <p>Implantação de 03 Centrais de comercialização dos produtos da Agricultura Familiar, sendo 01 na BR 242, nas imediações de Ibotirama, 01 na BR 131 na chegada de Bom Jesus da Lapa e 01 em Carinhanha.</p> <p>Estruturação e fortalecimento de 05 feiras regionais para divulgação e comercialização dos produtos da Agricultura Familiar.</p> <p>Fortalecer as entidades de Assistência Técnica, e articulação para a celebração de convênios com o Estado e Governo Federal.</p> <p>Possibilitar aos agricultores e entidades acessarem as modalidades de PRONAF: <i>(Mais Alimento, Mulher, Floresta, Agroindústria, Jovem)</i>.</p> <p>Implantar as modalidades de PAA estoque e PAA leite.</p> <p>Implantação do Programa DRS em todos os municípios do Território;</p>
<i>Infra-estrutura de produção</i>
Construção de 01 frigorífico da caprinoovinocultura, comunidades de Fundo de Pastos –Oliveira do Brejinhos.
<i>Formação e Qualificação dos Agricultores Familiares</i>
<p>Capacitação continuada aos agricultores familiares, para o desenvolvimento produtivo com introdução de novas técnicas, gestão do empreendimento familiar, e mercado.</p> <p>Implantação de 01 Centro de Formação de Convivência com Semi-Árido;</p>

Institucionalização e Mercado

Apoio a estruturação da Feira de Bode, com a melhoria das estruturas de exposições de animais, e da cultura regional do fundo de pastos

Fruticultura



Cadeia Produtiva de Beneficiamento de Frutas é prioritária no território por possibilitar a geração de rendas com sustentabilidade ambiental e por proporcionar a segurança alimentar. O Território Velho Chico devido a sua extensão territorial, por ter abundância de recursos hídricos e ter os ecossistemas de

caatinga e zona de transição de cerrado a sua flora é bastante diversificada, não só ao que se refere às frutas nativas, umbu, buriti, mangaba, mas, também as exóticas, manga, acerola, banana num potencial ainda não mensurado, mas há algumas iniciativas no sentido dos beneficiamentos dessas frutas, como geléias, doces de corte, sucos, compotas, concentrados, etc que vem sendo desenvolvido por grupos de mulheres.

A Rede Sabor Natural do Sertão, o PAA e o PNAE é alternativa de comercialização dos produtos beneficiados, além do mercado local.

1. Programa

Nossa fruta

Objetivo

Ampliar, fortalecer e apoiar os grupos de beneficiamento de frutas no território para que acesse ao PAA, PNAE e ao mercado local. Proporcionando as mulheres a conquista de sua autonomia e a melhoria nutricional das famílias e das crianças e adolescentes em sala de aula.

Público Beneficiário: Grupos de mulheres

PROJETOS
<i>Doce e Vida</i>
Construção e implantação de 10 unidades de beneficiamento de frutas
<i>Plantando a vida</i>
Estruturação de 10 mini- projetos de irrigação para o cultivo de frutas tropicais; Viveiro de mudas, recuperação dos umbuzeiros.
<i>Aprendendo</i>
Curso de aperfeiçoamento das técnicas de beneficiamento e armazenamento. Curso de Marketing Curso de gestão de empreendimentos Plano de negócios. Curso sobre associativismo e cooperativismo Curso de educação ambiental.
<i>Gerando Renda</i>
Oficina de elaboração de projetos - PAA PNAE e PRONAF.

Mandiocultura



Cultivada em todas as comunidades do Território Velho Chico é a principal atividade econômica da Agricultura Familiar da região, tendo um importante papel para as populações, tanto do campo quanto das cidades, possibilitando, ao longo dos anos, a oferta de alimentos de baixo custo. E é

produzida, principalmente, por agricultores familiares, com pouco ou nenhum tipo de tecnologia, apresentando resultados econômicos ainda baixos em relação ao seu potencial, apesar de apresentar como uma das mais presentes na composição da renda das famílias e o símbolo das culturas do semi-árido.

O Território Velho Chico segundo dados (*Fonte dados do IBGE ano 2008*), nos 16 municípios possuem uma área plantada de 14.860, hectares. O processo produtivo avançou bastante com a adaptação de novas tecnologias de cultivos, qualificação e padronização dos produtos originados da mesma, mas há necessidade de ampliação da produção do setor investimentos que por sua vez, representará o grande impacto para a produção de alimentos e atendimento aos programas PAA, PNAE que vem melhorando a qualidade de vida dos Agricultores Familiares, sua alimentação com geração de oportunidade de trabalho e renda, além das estruturações das organizações como associações, cooperativas e outros grupos informais. Servirá de estímulo à revitalização da cultura nas comunidades que tem maior potencial dentro do território.

Daí a necessidade da intervenção para melhorar o aproveitamento da planta integralmente, estimulando a aprendizagem, através da capacitação do agricultor familiar, para confecção de novos produtos, derivados e subprodutos, implantação de

unidades de beneficiamento da matéria prima e adequação tecnológica, estruturação dos empreendimentos para não só transformar a matéria prima em fécula, farinha e polvilho, mas verticalizando a produção com a finalidade de assegurar retorno financeiro ao mandiocultor e as comunidades rurais do território.

1. Programa

Revitalização da cultura da mandioca símbolo do semi-árido

Objetivo

Fomentar a ampliação e resgate da mandiocultura potencializando a sua produção, beneficiamento, com valores agregados de seus subprodutos.

PROJETOS
<i>Desenvolvimento sustentável da mandiocultura</i>
Implementação de investimentos de custeio para ampliação das áreas plantadas aumentando em 100% o cultivo nos municípios do território.
Implantação 16 unidades demonstrativas da mandiocultura nos municípios do Território Velho Chico.
Implantação de Campos de Multiplicação tecnológica de manivas, com viveiros de multiplicação rápida.
Fomento a pesquisa da mandiocultura no território- Pela Embrapa Mandioca e Fruticultura.
<i>Infra-estruturas produtivas</i>
Reestruturação de 06 unidades de beneficiamento de mandioca;
Implantação de 02 unidades beneficiamento e processamento e uma unidade de fécula, com selo de certificação de produção SIF.
Implantação de 01 central de beneficiamento de sementes
<i>Formação e Qualificação dos Agricultores Familiares</i>
Fortalecimento e qualificação para a gestão dos empreendimentos cooperativos no território.
Reestruturação de 01 cooperativa de Assentados e implantação de 02 sociedades cooperativas de produção e comercialização dos produtos da AF.
Capacitação dos Agricultores Familiares, para adaptação de novas tecnologias de

produção, organização e gestão dos empreendimentos, nos sistema agroecológico;

Armazenamento da Produção e Acesso ao Mercado

Ampliação dos programas da CONAB, PAA, PNAE, para a cobertura de 100% do Território Velho Chico;

Implantação de 02 Centrais de comercialização dos produtos da Agricultura Familiar, sendo 01 na BR 242, nas imediações de Ibotirama, 01 na BR 131 na chegada de Bom Jesus da Lapa.

Estruturação e fortalecimento de 05 feiras regionais para divulgação e comercialização dos produtos da mandiocultura.

Buscar a certificação orgânica de produtos da AF no Território Velho Chico e criação da marca do território;

Revitalização dos galpões da CONAB existentes no Território.

Garantia de compra de pelo menos 30% dos produtos da agricultura familiar para os eventos realizados pelos órgãos estaduais e federais.

Programas de Acesso a Crédito e ATER

Qualificação de profissionais e empresas para o acesso a editais de ATER pelo novo sistema.

Finalização da construção do Plano Safra territorial.

Fortalecer as entidades de Assistência Técnica, e articulação para a celebração de convênios com o Estado e Governo Federal.

Possibilitar aos agricultores e entidades acessar as modalidades de PRONAF: *(Mais Alimento, Mulher, Floresta, Agroindústria, Jovem)*.

Piscicultura



A piscicultura é um importante sistema de produção de alimentos humanos e animais, por seu valor social, ambiental e econômico, apresenta como excelente alternativa de geração de renda e emprego para as comunidades ribeirinhas e a outras categorias profissionais direta ou indiretamente ligadas à cadeia produtiva. É sem sombra de dúvida a grande força motriz das comunidades ribeirinhas, as quais formam a grande massa da população territorial, concentradas as margens do Rio São Francisco e de seus afluentes.

O cultivo de peixes em tanques rede é uma modalidade de aquicultura que vem, ao longo dos anos, intensificando sua participação entre os diversos sistemas de criação utilizados no território, com o apoio dos seguimentos que prioriza a atividade pelo envolvimento de um número elevado de famílias. Já foram implantados 330 tanques e estão previstos a implantação de mais 520 tanques, unidades de beneficiamento do pescado, fábricas de gelo e conseqüentemente tem contribuído para a geração de renda, a criação de postos de trabalhos para os piscicultores dos municípios do território.

Diante dos avanços torna necessário novos programas e projetos que devam ser fomentados a fim de consolidar de forma sustentável essa atividade.

1. Programa

Pescando produtividade

Objetivo

Criar condições de fortalecimento da piscicultura no Território Velho Chico, proporcionando oportunidade de geração de postos de trabalho e renda para os ribeirinhos.

PROJETOS
<i>Pescando alimento</i>
Fomentar a implantação de tanques redes para criação de alevinos com o fortalecimento das iniciativas existentes em comunidades ribeirinhas e tradicionais. Construção do Plano de Desenvolvimento da Territorial da Cadeia Produtiva da Piscicultura.
Reestruturação das fábricas de gelo, beneficiamento e conservação do pescado, Morpará e Barra.
Implantação de 01 unidade no Município de Carinhanha.
<i>Formação e Qualificação dos Pescadores artesanais</i>
Fortalecimento e qualificação para a gestão dos empreendimentos cooperativos da piscicultura.
Reestruturação de 01 cooperativa de piscicultores –Morpará.
<i>Armazenamento da Produção e Acesso ao Mercado</i>
Ampliação dos programas da CONAB, modalidade PAA estoque e doação simultânea, PNAE, para a cobertura de 100% do Território Velho Chico
Implantação de 03 Centrais de comercialização dos produtos da Agricultura Familiar, sendo 01 na BR 242, nas imediações de Ibotirama, 01 na BR 131 na chegada de Bom Jesus da Lapa e 01 em Carinhanha.
Certificação da produção do pescado, com a inclusão no SIE, e SIF, afim de atender as demandas dos programas da CONAB citados acima e PNAE.

Programas de Acesso a Crédito e ATER/ATES

Fomentar o acesso ao crédito para os piscicultores criando condições para os investimentos em tanques redes;

Fortalecimento das entidades de Assistência Técnica e articulação para a celebração de convênios com o Estado e Governo Federal;

Energias Limpa

Implantação de 01 Parque Aeólico no Território como projeto piloto para geração de energia limpa por meio do vento para funcionamento de empreendimento produtivo.

Técnico Bio

Implementar um plano de coleta seletiva de equipamento produzidos com materiais radio ativo de tecnologias sociais como celulares, computadores e outros, a fim de estabelecer que os mesmos possam retornar aos fabricantes podendo ser reciclados;

Criação de central territorial de recebimento destes resíduos sólidos no Território.

Saúde

Dentre os inúmeros avanços atribuídos ao Sistema Único de Saúde – SUS, nos seus vinte e dois anos, está a ampliação da oferta de ações e serviços de saúde, bem como no aumento da capacidade instalada.

Contudo, embora sendo perceptíveis esses avanços, no Território de Identidade “Velho Chico” ainda persiste um grande vazio assistencial, principalmente pelo baixo índice de oferta de serviços especializados. Os hospitais existentes no Território, em sua maioria, são municipais, com capacidade instalada, abaixo de 50 leitos, o que contribui para elevação dos custos operacionais, devido a oferta de

serviços e ações em pequena escala, além de ocasionar uma baixa resolutividade dos casos.

A consequência, é a migração de pacientes do Território para outras unidades hospitalares localizados em outros espaços geográficos. Nesse sentido, a capacidade instalada no Território compreende 14 hospitais localizados em 13 cidades; desses hospitais, 12 são municipais, 01 estadual e 04 particulares.

Dentre os hospitais municipais, Bom Jesus da Lapa é o que apresenta maior capacidade instalada, porém, observa-se insuficiência na oferta de ações e serviços de saúde. Este hospital está localizado em um dos municípios mais populosos do Território, porém, mesmo sendo gestão plena (Comando Único), não consegue avançar na ampliação da oferta de serviços, com qualidade e resolutividade.

O Hospital Regional de Ibotirama, única Unidade Hospitalar do Estado, é a referência para a maioria dos municípios do Território. Contudo, existem muitas queixas referentes a esta unidade de saúde, principalmente, quanto ao mau atendimento na emergência, essas queixas devem-se ao fato de que existe apenas 01 plantonista para atender nesse setor. Aliado a isso, verifica-se a escassez de serviços especializados e de profissionais médicos, no quantitativo contemplado no contrato firmado entre o Estado e a Empresa Gestora do referido hospital, o que corrobora para deixar nossa população com assistência deficitária, muito aquém da programação prevista/pactuada com o Estado.

A Regulação constitui em um dispositivo imprescindível para a garantia do atendimento aos usuários, naqueles serviços que não são ofertados nos municípios, pois requerem uma organização em larga escala devendo, portanto, serem ofertados nos municípios pólos das micros e macrorregiões de saúde.

No tocante a Regulação dos Serviços de Saúde, verifica-se que o município de Ibotirama, não regula os serviços ofertados pelo Hospital Regional de Ibotirama, repetindo-se essa mesma lógica, o Hospital do Oeste, localizado em Barreiras, o qual é referência para a maioria dos municípios do Território, no que se refere a prestação de serviços de Média e Alta Complexidade (especialidade) também não é regulado por Barreiras, apesar desse, estar na gestão plena do sistema (comando único). Aliado a

isso, a Regulação de outros serviços especializados pactuados entre Barreiras e os demais municípios do Território, fica comprometida, porque, esse município utiliza-se de um Sistema Informatizado para este fim, que não dialoga com os Sistemas Oficiais, tendo como consequência o controle absoluto da oferta dos procedimentos especializados, deixando os demais municípios reféns, mesmo recebendo o recurso Fundo a Fundo, conforme Programação Pactuada Integrada – PPI de Média e Alta Complexidade – MAC.

Outro agravante é o fato de que, o município de Barreiras vem desrespeitando o pacto firmado com as gestões municipais, uma vez que, utiliza-se de outros artifícios, extra-oficiais e ilegítimos para a oferta desses serviços, fragilizando com isso, a gestão municipal de saúde, e consequentemente, desorganiza a assistência a saúde regional descumprindo os princípios e diretrizes basilares do SUS que é o acesso dos usuários aos serviços, a integralidade da atenção e a equidade.

1. Programa

Vivendo com Saúde e Bem Estar Social

Objetivo

Promover a dinamização de políticas públicas de saúde e saneamento com a ampla participação da sociedade, criando condições favoráveis para as discussões de programas e projetos que viabilize as demandas da população territorial de forma descentralizada dentro dos próprios municípios.

PROJETOS
<i>Saúde e Cidadania</i>
Implantação de 10 UPA. Privilegiado os municípios que apresenta um déficit na rede física de atendimento.
Priorizar a contratação de profissionais para atendimento a população, com a saúde preventiva;
Aumentar o número de especialidades nos postos para o atendimento da demanda;

<p>Fazer análise de água periodicamente;</p> <p>Promover palestras nas escolas e comunidades sobre a saúde preventiva através do médico da família.</p>
<i>SAMU e Vida</i>
<p>Implantação do sistema banda larga para facilitar a comunicação e o atendimento em tempo real do SAMU;</p> <p>Estabelecer parceria de estado e municípios na viabilização do concerto das estradas vicinais facilitando o deslocamento dos veículos até casa do paciente.</p> <p>Estabelecer maior repasse por parte do estado de recursos para operacionalização do sistema SAMU;</p> <p>Fortalecer as pactuação através de ações de negociações orçamentárias que subsidie o atendimento pelos municípios pactuados.</p>
<i>Protegendo a Vida</i>
<p>Aumentar a capacidade de atendimento dos centros de saúde para atender 100% dos cidadãos/ãs, com exame preventivo da mulher e do homem;</p> <p>Teste do olhinho e orelhinha, implantação do sistema em 100% dos municípios com acompanhamento e orientação às famílias;</p> <p>Criar o programa de acompanhamento e monitoramento dos pacientes que apresenta quadro clínico dessa anomalia falciforme.</p> <p>Ampliar para todos os municípios do CREAS, CRAS e CAPS.</p>
<i>Atendimento Preciso, Saúde e Dignidade</i>
<p>Potencializar a contratação e criação de plano de carreira para os profissionais especialistas das seguintes áreas estratégicas:</p> <p>Pediatra; Psiquiatra; Neurologista; Cardiologista; Ortopedista;</p> <p>Anestesista; Otorrinolaringologista; Cirurgião buco-maxilo; Obstetra;</p> <p>Ginecologista; Fisioterapeuta; Assistentes sociais; Psicólogo; Terapeutas ocupacionais; Nutricionista; Fonoaudiólogo; Geriatria; Oftalmologista</p>
<i>Saúde da Família</i>
<p>Implantação de Unidade de Saúde da Família, em cada assentamento com a finalidade de atender as demandas da população;</p>

<i>Agentes Comunitário de Saúde e ENDEMIAS</i>
<p>Formação continuada dos agentes comunitários de saúde e de edemias;</p> <p>Divulgar em rádios as campanhas educativas fornecendo informações suficientes para a boa articulação das famílias;</p> <p>Disponibilização da lista de medicação para os agentes comunitários de saúde para que os mesmos possam estar orientando às famílias atendidas.</p>
<i>Aqui tem Remédios</i>
<p>Fomentar a criação de um programa de rádio sobre os tipos de medicações existentes na rede popular de atendimento à população;</p> <p>Fomentar a instalação de farmácias aqui tem remédio da rede popular com a implantação de 16 unidades sendo uma em cada município.</p>
<i>Viver com Saneamento e Qualidade de vida.</i>
<p>Sistema de Abastecimento e Tratamento de água em todos os municípios abrangendo a área rural;</p> <p>Fazer análise de água periodicamente;</p> <p>Promover nas escolas e comunidade palestra sobre o uso e a reciclagem do lixo para fins de geração de renda e diminuição do uso de sacolas plásticas e outras;</p> <p>Construção em 100% dos municípios de áreas protegidas para o tratamento e reciclagem do lixo, em parcerias do estado com municípios.</p>
<i>Reviver</i>
<p>Centros de Recuperação de toxicômanos-Internação</p> <p>Centro de reabilitação e socialização;</p>
<i>Ver Bem</i>
<p>Centro de Especialidade oftalmológica nos 16 municípios.</p>

Considerações Finais

Apesar de alguns entraves, o Território Velho Chico, através da organização do Conselho de Desenvolvimento Territorial - CODETER, da Coordenação Executiva – CE, do Núcleo Técnico - NT e das Câmaras Técnicas tem exercido um papel fundamental no avanço e desenvolvimento da gestão territorial; através do trabalho imprescindível principalmente das Câmaras Técnicas (Educação, Cultura, Recursos Hídricos, Pescadores, Apicultura e Mulheres), as idéias e sugestões debatidas nas reuniões e oficinas territoriais foram sistematizadas e incorporadas ao presente Plano.

Para que as idéias fossem sistematizadas, os momentos de discussão foram realizados tendo como base metodologias participativas, de maneira que todos puderam expor e argumentar seus pontos de vista, prevalecendo o consenso e definição de diretrizes e linhas de ação voltadas para o desenvolvimento mais abrangente do Território. Contribuíram para formulação do Plano, oficinas territoriais para debater a inclusão de novos eixos aglutinadores, bem como encontros por segmentos sociais, os quais ofereceram embasamento para atualização do diagnóstico e da visão de futuro. Foram encontros que contribuíram para disseminação de conhecimentos e informações, os quais se aplicaram dinâmicas e trabalhos em equipes que reforçaram a constituição e definição da identidade territorial.

Vale salientar que todo planejamento é dinâmico e, portanto, nunca estará pronto. Dessa forma, as necessidades sempre estarão se renovando. Além do mais, quaisquer que seja o Plano sempre existirão lacunas que serão preenchidas no decorrer do processo. O Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico estará sendo revisado constantemente, tentando decifrar e compreender as mudanças e exigências da realidade. Assim, será preciso que todos e todas assumam efetivamente o papel de monitorar, criticar e re-elaborar o presente documento, sempre que for considerado necessário.

Referências Bibliográficas

ANA – AGÊNCIA NACIONAL DE AGUAS- www.ana.gov.br. consultado em 02/05/2006.

_____, *Programa de Ações Estratégicas para o Gerenciamento Integrado da Bacia do Rio São Francisco e da Sua Zona Costeira* – Relatório Final da ANA/GEF/PNUMA/OEA, 2006

ATES – CETA - Diagnóstico, 2006.

AMAVALE- ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA SERRA GERAL E BACIA DO SÃO FRANCISCO. *Agropolo da Amavale - documento 1 e 2*, 2004.

ARTICULAÇÃO ESTADUAL DOS FUNDOS DE PASTO- O Fundo de Pasto Que Queremos, 2006.

BNDES – *Municípios em dados* www.federativo.bndes.gov.br/destaque (Consultado em 02/05/2006).

CAR/INTERBA- *Fundo de Pasto – Um Projeto de Vida Sertaneja*

CÂMARA DOS DEPUTADOS- *Rio São Francisco – Dossiê 500 anos*

CEAS – CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL. *O médio São Francisco: confins do Sertão Baiano. Caderno do CEAS*, nº 26/ago/1973

FERNANDES, Henry Luddy Abrahan, *Os Sepultamento do Sítio Aratu de Piragiba - Ba* (dissertação de mestrado) Salvador, 2003.

_____, Relatório de Oficinas Territoriais, FUNDIFRAN Dez 2006.

GEOGRAFAR/UFBA, *Acesso a Terra e Desenvolvimento Territorial no Médio São Francisco*, GeografAR/UFBA, Salvador, 2006.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, *Orientação para elaboração de Projetos nos Territórios Rurais em 2004*. p. 1-9 www.mda.gov.br

_____, *Articulando Políticas Públicas e Demandas Sociais*. Brasília, 2005.
www.mda.gov.br

PNEA/MMA, *Organização Social – Caminho para o desenvolvimento sustentável – Bacia do Rio São Francisco*, MMA, Brasília, 2002.

PNUD – PROGRAMA NACIONAL. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*, PNUD, 2006.

REGIMENTO INTERNO. Território Velho Chico

SDT / MDA. *Guia para o Planejamento – Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável*. SDT/MDA, Brasília 2005.

_____, *Estudo Propositivo, Território Médio São Francisco-Ba*, SDT/MDA, Salvador, 2005.

SEI – SUPERINTENDENCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA.
Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980:2000. Série Estudos e Pesquisas nº 60, Salvador, SEI, 2003.

_____, *Análise Territorial da Bahia Rural*. Série estudos e pesquisas nº 71, Salvador, SEI, 2004.

SILVA, Valdélis Santos. *Do Mucambo do Pau Preto à Rio das Rãs - Liberdade e Escravidão na Construção da Identidade Negra de um Quilombo Contemporâneo* (ensaio etnográfico), Salvador, 1998

SOUZA, José Evangelista de. *Do Rio São Francisco à Serra do Ramalho*, 1ªed. Precisa Editora Gráfica Ltda, Belo Horizonte MG, 1991.

_____, *Comunidades Rurais Negras Rio das Rãs – Bahia*. Precisa Editora Gráfica Ltda, Belo Horizonte MG, 1991.

GTZ/PRORENDIA/RURAL– DOP-Diagnóstico Organizacional Participativo para organizações de base. GTZ- Agência de Cooperação Técnica Alemã.

Verdejo, Miguel Exposito. *Diagnóstico Rápido Participativo: Um Guia Prático*.